



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Departamento de Compras

Divisão de Licitações e Contratos

Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília-DF, 07 de junho de 2022.

Ao

GAB/SODF

Ref.: Concorrência nº 013/2021 - DECOMP/DA

Objeto: Execução das Obras de Infraestrutura Urbana no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 03 / Lote 02, incluindo pavimentação, drenagem urbana, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical e bacias de retenção, conforme normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, DNIT, NOVACAP e ainda as exigências e demais condições e especificações, memorial descritivo, quantitativos expressos no projeto e informações constantes do Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Para análise e parecer, quanto aos Recursos Administrativos interpostos pelas empresas/consórcios: COSTA BRAVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA (Sei: 87372919); CONSÓRCIO WA (White Tratores e Serviços Eireli e A&L Engenharia e Serviços) (Sei: 55753593); HYTEC CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM E INCORPORAÇÃO LTDA (Sei: 87454115) e CONSÓRCIO HL/USITEQ (H/L Terraplenagem e USITEQ Asfalto) (Sei: 87467338).

Não houve contrarrazões aos recursos apresentados.

Aline Alves de Oliveira

Chefe do DECOMP/DA

- respondendo -



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Assessor(a)**, em 07/06/2022, às 09:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **88170429** código CRC= **D7BD65B0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF

00110-00002965/2021-96

Doc. SEI/GDF 88170429



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete

Assessoria Especial

Despacho - SODF/GAB/ASSESP

Brasília-DF, 07 de junho de 2022.

À

CIAT - COMISSÃO INTERNA DE APOIO TÉCNICO,

De ordem, em atenção aos termos contidos no Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC, desta data (88170429), relativos à Concorrência nº 013/2021 - DECOMP/DA, encaminho a essa CIAT para análise e parecer, quanto aos Recursos Administrativos interpostos pelas empresas/consórcios: COSTA BRAVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA (Sei: 87372919); CONSÓRCIO WA (White Tratores e Serviços Eireli e A&L Engenharia e Serviços) (Sei: 55753593); HYTEC CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM E INCORPORAÇÃO LTDA (Sei: 87454115) e CONSÓRCIO HL/USITEQ (H/L Terraplenagem e USITEQ Asfalto) (Sei: 87467338).

Não houve contrarrazões aos recursos apresentados.

CÉLIO BIAVATI FILHO

Assessoria Especial SODF



Documento assinado eletronicamente por **CÉLIO BIAVATI FILHO - Matr.0279271-0, Assessor(a) Especial**, em 07/06/2022, às 10:01, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **88185527** código CRC= **C0FD394E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas, lote B, Bloco A-15 - Bairro Zona Industrial (Guará) - CEP 71215-000 - DF

3306-5007

00110-00002965/2021-96

Doc. SEI/GDF 88185527



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO
DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Licitação
Comissão Interna de Apoio Técnico

Relatório Técnico - SODF/GAB/CPL/CIAT

Ao ASSESP/GAB/SODF para conhecimento,
À NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC para providências,

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 013/2021 – DECOMP/DA

Objeto.: Contratação pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, de empresa (s) com vistas a Execução das Obras de Infraestrutura Urbana no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 03 / Lote 02, incluindo pavimentação, drenagem urbana, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical e bacias de retenção, conforme normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, DNIT, NOVACAP e ainda as exigências e demais condições e especificações, memorial descritivo, quantitativos expressos no projeto e informações constantes do Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Em atenção ao(s) Despacho(s):

- 88170429
- 88185527

Diante do resultado das análises acerca dos documentos de habilitação, foram protocolados os recursos (87372919) pela Empresa COSTA BRAVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, (55753593) pelo Consórcio WA (White Tratores e Serviços Eireli e A&L Engenharia e Serviços), (87454115) pela Empresa HYTEC CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM E INCORPORAÇÃO LTDA e (87467338) pelo Consórcio HL/USITEQ (H/L Terraplenagem e USITEQ Asfalto). Tendo em vista o caráter exclusivamente técnico desta Comissão, este Relatório Técnico se limitará a analisar os recursos do Consórcio WA e da Empresa COSTA BRAVA, uma vez que os recursos da Empresa HYTEC e do Consórcio HL/USITEQ tratam de assuntos alheios ao escopo da CIAT e que deverão ser abordados pela NOVACAP. Dito isto, as conclusões são as que seguem:

- COSTA BRAVA:

No Instrumento Convocatório, temos:

“b) Acervo técnico:

b.1 - do responsável técnico:

Comprovação do Responsável Técnico da licitante ter executado, a qualquer tempo obras compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão(ões) e atestado(s), em nome do próprio RT, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo CREA/CAU, na forma do disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, com apresentação da(s) Certidões de Acervo Técnico - CAT's e indicação da(s) Anotações de Responsabilidade Técnicas – ART's e – emitidas pelo conselho de fiscalização de profissional, onde conste a execução de:

SERVIÇOS	UNIDADE
EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS EM PISO INTERTRAVADO	m ²
EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM COM DIÂMETRO MAIOR OU IGUAL A 0,80 mm	

Com vista no exposto acima e após análise dos documentos apresentados, a Declaração de Responsáveis Técnicos apresentada pela recorrente foi:

1. COORDENAÇÃO

Nome: Cristofer Luiz Theodoroviz

Especialidade: Engenheiro Civil

CREA nº 8562/D-DF

Data de registro:

2. SUPERVISÃO

Nome: Cristofer Luiz Theodoroviz

Especialidade: Engenheiro Civil

CREA nº 8562/D-DF

Data de registro:

3. EXECUTOR

Nome: Cristofer Luiz Theodoroviz

Especialidade: Engenheiro Civil

CREA nº 8562/D-DF

Data de registro:

4. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome: Cristofer Luiz Theodoroviz

Especialidade: Engenheiro Civil

CREA nº 8562/D-DF

Data de registro:

Não foram encontrados atestados relativos à "Execução de rede de drenagem com diâmetro maior ou igual a 0,80m" em nome do engenheiro declarado Responsável Técnico pela empresa. Os atestados apresentados são:

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DE GOIÁS****Certidão de Acervo Técnico - CAT**

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO**1020160001853**

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA-GO o Acervo Técnico do profissional **ALEXANDRE FREIRE SOBRINHO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **ALEXANDRE FREIRE SOBRINHO** RNP: **1006479643** Registro: **4294/D-GO**Título profissional: **Engenheiro Civil**Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009**CREA-DF****CAT COM REGISTRO DE ATESTADO****0720220000037**

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade em andamento

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional **CRISTOFER LUIZ THEODOROVIZ** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **CRISTOFER LUIZ THEODOROVIZ** RNP: **0702490660** Registro: **8562/D-DF**Título profissional: **Engenheiro Civil, Engenheiro Agrícola**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DE GOIÁS



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
1020160001183
Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA-GO o Acervo Técnico do profissional **ALEXANDRE FREIRE SOBRINHO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):
Profissional: **ALEXANDRE FREIRE SOBRINHO** RNP: 1006479643 Registro: 4294/D-GO
Título profissional: **Engenheiro Civil**

Tipo: **Obra ou serviço** Registrada em: 13/06/2016 .. Baixada em: 15/06/2016

Em seu recurso, a recorrente alega que a CAT a seguir, que atesta seu Responsável Técnico, foi apresentada:

Certidão de Acervo Técnico - CAT Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009		CAT COM REGISTRO DE ATESTADO 1020160001214 Atividade concluída	
CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA-GO o Acervo Técnico do profissional CRISTOFER LUIZ THEODOROVIZ referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s): Profissional: CRISTOFER LUIZ THEODOROVIZ RNP: 0702490660 Registro: 8562/D-GF Título profissional: Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo			
Nº ART: 1020160001214 Tipo: Obra ou serviço Registrada em: 14/06/2016 .. Baixada em: 15/06/2016 Forma de registro: Inicial Participação técnico: Corresponsável a 10.20160001214 Empresa contratada: 4516 - COSTA BRANCA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA			
Contratante: CONSTRUTORA ALMEIDA NEVES LTDA CNPJ: 01.479.877/0001-17 Avenida: AVENIDA FRANCISCO DE MELO Número: 1207 Bairro: VILA ROSA CEP: 74345-210 Quadra: 0 Lote: 0 Complemento: QD. 52 Cidade: GOIÂNIA - GO LT 15/15 E-Mail: (02) (32) 327073 Fax: (62) (32) 327073 Código: 001-(503)/2014(PCA) Cadeado em: 17/10/2014 Valor R\$: 12.632.775,32 Unidade e ART: Tópicos de controle: 3 Pessoa Jurídica de Direito Privado Atividade institucional: Nenhuma/Não Aplicável Endereço do Contrante: Rua Diversas Ruas Número: 0 Bairro: Jardim Itaipu e Bairro Cardoso II CEP: 74953-005 Quadra: 0 Lote: 0 Complemento: Cidade Aparecida de Goiânia - GO Data de início: 21/10/2014 Prazo de término: 21/06/2015 Coordenadas Geográficas: Finalidade: Infra-estrutura Código/Obra pública: Proprietário: Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia - GO CNPJ: 01.085.727/0001-24 E-Mail: Fone (62) 3545.5800			
Atividade(s) Técnica(s): 1 - ATUAÇÃO EXECUÇÃO TERRAPLENAGEM, 136.179,97 METROS CUBICOS; 2 - ATUAÇÃO EXECUÇÃO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, 9.544,90 TONELADAS; 3 - ATUAÇÃO EXECUÇÃO GALERIA PLUVIAL, 6.327,76 METROS; 4 - ATUAÇÃO EXECUÇÃO MEIO-FIO, 23.701,30 METROS.			
Observações: Execução de Terraplenagem, Pavimentação Asfáltica, Galerias de Águas Pluviais e Meio-Fio nos Bairros Jardim Itaipu e Bairro Cardoso II, no Município de Aparecida de Goiânia-GO. ART SUBSTITUTIVA DA ART Nº 1020150046629 ALTERANDO AS UNIDADES E QUANTIDADES DAS ATIVIDADES 1 E 2, E ALTERAÇÃO DAS QUANTIDADES DOS ITENS 3 E 4.			

Porém, ela não consta no processo e, portanto, esta Comissão mantém sua posição de apontar que o documento apresentado não satisfaz todos os critérios de Habilitação do Edital.

- WA: O recorrente havia sido inabilitado por não apresentar atestados técnicos suficientes para atender o requerido nos termos do Edital. À luz dos fatos apresentados no recurso, esta Comissão entende que os atestados apresentados são de fato suficientes para atender os critérios propostos no Instrumento Convocatório.

Atenciosamente,

João Felipe Bessa Ferreira

Presidente da Comissão Interna de Apoio Técnico



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO FELIPE BESSA FERREIRA - Matr.0279186-2**, Membro da Comissão, em 09/06/2022, às 17:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=88482130)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=88482130)
verificador= **88482130** código CRC= **351FEC89**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas, lote B, Bloco A-15 - Bairro Zona Industrial (Guará) - CEP 71215-000 - DF

3306-5055

00110-00002965/2021-96

Doc. SEI/GDF 88482130



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL

Comissão Permanente de Licitação

Comissão Interna de Apoio Técnico

Despacho - SODF/GAB/CPL/CIAT

Brasília-DF, 09 de junho de 2022.

Ao ASSESP/GAB/SODF para conhecimento,

À NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC para providências,

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 013/2021 – DECOMP/DA

Objeto.: Contratação pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, de empresa (s) com vistas a Execução das Obras de Infraestrutura Urbana no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 03 / Lote 02, incluindo pavimentação, drenagem urbana, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical e bacias de retenção, conforme normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, DNIT, NOVACAP e ainda as exigências e demais condições e especificações, memorial descritivo, quantitativos expressos no projeto e informações constantes do Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Em atenção ao(s) Despacho(s):

- 88170429

- 88185527

Diante do resultado das análises acerca dos documentos de habilitação, foram protocolados os recursos (87372919) pela Empresa COSTA BRAVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, (55753593) pelo Consórcio WA (White Tratores e Serviços Eireli e A&L Engenharia e Serviços), (87454115) pela Empresa HYTEC CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM E INCORPORAÇÃO LTDA e (87467338) pelo Consórcio HL/USITEQ (H/L Terraplenagem e USITEQ Asfalto). Tendo em vista o caráter exclusivamente técnico desta Comissão, este Relatório Técnico se limitará a analisar os recursos do Consórcio WA e da Empresa COSTA BRAVA, uma vez que os recursos da Empresa HYTEC e do Consórcio HL/USITEQ tratam de assuntos alheios ao escopo da CIAT e que deverão ser abordados pela NOVACAP.

As conclusões são expostas na forma do Relatório Técnico (88482130).

Atenciosamente,

João Felipe Bessa Ferreira

Presidente da Comissão Interna de Apoio Técnico



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO FELIPE BESSA FERREIRA - Matr.0279186-2, Membro da Comissão**, em 09/06/2022, às 17:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.





A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **88483030** código CRC= **11EAF028**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas, lote B, Bloco A-15 - Bairro Zona Industrial (Guará) - CEP 71215-000 - DF

3306-5055

00110-00002965/2021-96

Doc. SEI/GDF 88483030



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Departamento de Compras

Divisão de Licitações e Contratos

Relatório SEI-GDF n.º 180/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília-DF, 13 de junho de 2022

RESPOSTA AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Ref.: Concorrência Nº 013/2021 - DECOMP/DA.

Obj.: Execução das Obras de Infraestrutura Urbana no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 03 / Lote 02, incluindo pavimentação, drenagem urbana, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical e bacias de retenção, conforme normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, DNIT, NOVACAP e ainda as exigências e demais condições e especificações, memorial descritivo, quantitativos expressos no projeto e informações constantes do Termo de Referência e no Edital e seus anexos. Valor estimado R\$ 66.229.641,00.

1. DAS PRELIMINARES

Versa os autos sobre a Concorrência nº 013/2021 - DECOMP/DA, cujo objeto é a contratação de empresa com vistas a Execução das Obras de Infraestrutura Urbana no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 03 /Lote 02, incluindo pavimentação, drenagem urbana, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical e bacias de retenção, cujo edital foi publicado no DODF nº 66, de 06 de abril de 2022 (83761028), no DOU nº 67, de 07 de abril de 2022 (83868240), e no caderno Classificados&Editais do Jornal de Brasília, do dia 07 de abril de 2022 (83868316).

No referido certame, conforme Ata de Julgamento da Documentação (86982504), de 20 de maio de 2022, foram julgadas inabilitadas as empresas:

1. HYTEC Construções Terraplenagem e Incorporação Ltda., por não atender ao disposto no subitem 6.1.3, do Edital (apresentou balanço do exercício de 2020 - vencido em 30.04.2022);

2. Consórcio WA (formado pelas empresas: WHITE Tratores Serviços e Terraplenagem EIRELI e A&L Engenharia e Serviços Ltda.), por não atender ao disposto no subitem 6.1.3, do Edital (apresentou balanço do exercício de 2020 - vencido em 30.04.2022), e subitem 6.1.4, letra "b2", do edital (o Consórcio não apresentou atestados de "Execução de rede de drenagem com diâmetro maior ou igual a 0,80m" suficientes para conseguir o quantitativo requerido nos termos do Edital); e,

3. Consórcio HL/USITEQ (formado pelas empresas: HL Terraplenagem EIRELI e USITEQ Serviços de Usinagem EIRELI) por não atender ao disposto no subitem 6.1.3, do Edital (apresentou balanço do exercício de 2020 - vencido em 30.04.2022) .

4. COSTA BRAVA Projetos e Construções Ltda., por não atender ao disposto no subitem 6.1.3, do edital (apresentou balanço do exercício de 2020 - vencido em 30.04.2022), e subitem 6.1.4, letra "b.1", do edital (O profissional indicado como Responsável Técnico pela empresa não teve

atestados apresentados para "Execução de rede de drenagem com diâmetro maior ou igual a 0,80m");

Inconformadas, todas recorreram contra a decisão.

2. DA TEMPESTIVIDADE E DA ANÁLISE DOS RECURSOS

O prazo para a interposição de recursos foi de 5 (cinco) dias úteis, nos termos estabelecidos na Lei nº 8.666/93, art. 109, inciso I, portanto até o dia 27 de maio de 2022, tendo as empresas protocolado suas peças nas seguintes datas:

1. HYTEC Construções Terraplenagem e Incorporação Ltda., 27 de maio de 2022 (87454115);

2. Consórcio WA (formado pelas empresas: WHITE Tratores Serviços e Terraplenagem EIRELI e A&L Engenharia e Serviços Ltda.) 26 de maio de 2022 (87412209); e,

3. Consórcio HL/USITEQ (formado pelas empresas: HL Terraplenagem EIRELI e USITEQ Serviços de Usinagem EIRELI), 27 de maio de 2022 (87467338).

4. COSTA BRAVA Projetos e Construções Ltda., 26 de maio de 2022 (87372919).

Destarte, restou demonstrada a tempestividade do recurso interposto.

Através da Carta 69, de 30 de maio de 2022 (87497690), foi dado conhecimento aos demais licitantes dos recursos interpostos para que, se quisessem, apresentassem contrarrazões até o dia 06 de junho de 2022. Porém, nenhuma empresa se manifestou.

3. DAS ALEGAÇÕES DAS RECORRENTES

Resumidamente, as empresas apresentaram as seguintes razões contra suas inabilitações:

1. HYTEC Construções Terraplenagem e Incorporação Ltda., por não atender ao disposto no subitem 6.1.3, do Edital (apresentou balanço do exercício de 2020 - vencido em 30.04.2022):

08. Sucede que a norma editalícia é clara ao asseverar que o balanço patrimonial a ser acostada aos documentos de habilitação da licitante deve encontrar-se no período de exigibilidade legal. Ou seja, a concorrente deve acostar à sua proposta o último balanço registrado na junta comercial no qual legislação de regência tenha estabelecido o prazo para sua divulgação e registro.

09. Com efeito, a Receita Federal publicou a Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, cujo conteúdo cria os regramentos acerca da Escrituração Contábil Digital (ECD); por sua vez, determina que as empresas devem apresentar suas escriturações até o último dia do mês de maio do ano subsequente ao exercício social que findou. Sucede que, o Órgão Federal publicou, em 18/05/2022, a Instrução Normativa nº 2082, que **prorrogou o prazo para apresentação das Escrituração Contábil das empresas para o último dia do mês de junho de 2022, isto é, os balanços patrimoniais só serão exigíveis a partir de 30/06/2022.**

2. Consórcio WA (formado pelas empresas: WHITE Tratores Serviços e Terraplenagem EIRELI e A&L Engenharia e Serviços Ltda.), por não atender ao disposto no subitem 6.1.3, do Edital (apresentou balanço do exercício de 2020 - vencido em 30.04.2022), e subitem 6.1.4, letra "b2", do edital (o Consórcio não apresentou atestados de "Execução de rede de drenagem com diâmetro maior

ou igual a 0,80m" suficientes para conseguir o quantitativo requerido nos termos do Edital);

RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão da Comissão Permanente de Licitação, que inabilitou o Recorrente, nos termos das razões de fato e de direito a seguir expostas, requerendo seu recebimento, regular processamento e deferimento:

I – DOS FATOS

Está em curso na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, a Concorrência n.º 013/2021, cujo objeto é a contratação de empresa (s) para a Execução das Obras de Infraestrutura Urbana no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 03/Lote 02, incluindo pavimentação, drenagem urbana, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical e bacias de retenção, conforme normas pertinentes da ABNT, DNIT, NOVACAP e, ainda, as exigências e demais condições e especificações, memorial descritivo, quantitativos expressos no projeto e informações constantes do Instrumento Convocatório e seus anexos.

Em 20 de maio de 2022 foi realizada reunião da Comissão Permanente de Licitação, com vistas à análise da documentação de habilitação das empresas/consórcios licitantes (Envelope n.º 1 - Documentação), ocasião em que o Recorrente foi inabilitado nos seguintes termos:

"(...) CONSÓRCIO WA – (formado pelas empresas: WHITE TRATORES E SERVIÇOS EIRELI e CONSTRUTORA A&L ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA), por não atender ao disposto no subitem 6.1.3. do edital (apresentou balanço do exercício de 2020 – vencido em 30.04.2022) e subitem 6.1.4., letra "b.2" (O consórcio não apresentou atestados de "Execução de rede de drenagem com diâmetro maior ou igual a 0,80m" suficientes para conseguir o quantitativo requerido nos termos do Edital) (...)"

(...)

Art. 3º Deverão apresentar a ECD as pessoas jurídicas e equiparadas obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial, inclusive entidades imunes e isentas.

(...)

Art. 5º A ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração.

Isto é, a Instrução Normativa estabeleceu que as empresas obrigadas a apresentar a ECD terão até o final de maio do ano subsequente para apresentação do balanço, de forma que a exigibilidade do balanço do exercício anterior se dá a partir de tal data.

(...)

A decisão da Comissão de Licitação pela inabilitação do Recorrente em relação ao item 6.1.4, Letra b.2, conforme destacado mais acima, foi no sentido de que "O consórcio não apresentou atestados de "Execução de rede de drenagem com diâmetro maior ou igual a 0,80m" suficientes para conseguir o quantitativo requerido nos termos do Edital".

Ocorre que, à luz dos documentos apresentados pelo Consórcio, tal entendimento não merece prosperar, conforme demonstraremos abaixo, tendo o ÍNDICE DO CADERNO DE HABILITAÇÃO apresentado nos itens 28 (pag. 76 à 82), 29 (pag. 83 à 89) e 31 (pag. 100 à 109) os atestados de capacidade técnica requerido e ignorados pela Comissão.

3. Consórcio HL/USITEQ (formado pelas empresas: HL Terraplenagem EIRELI e USITEQ Serviços de Usinagem EIRELI) por não atender ao disposto no subitem 6.1.3, do Edital (apresentou balanço do exercício de 2020 - vencido em 30.04.2022) .

Segundo as normas contábeis, a data limite de apresentação do Balanço Patrimonial de um exercício financeiro, será sempre até 30 de abril do ano subsequente aos fatos registrados; a partir daí, os informes anteriores perdem a sua validade.

Ressalva-se que, após a criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) para as empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real, como é o caso da recorrente, a validade do Balanço patrimonial se estendeu até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte, conforme prevê o art. 5º da IN-RFB 787/07, e artigo 2º da IN-RFB 2003/2021.

Sobre o recurso da COSTA BRAVA, cabe uma abordagem mais detalhada, conforme discorreremos abaixo.

Em resumo, a Recorrente, fez as seguintes assertivas: (87372919)

2. DOS FATOS

A ora Recorrente participou da Concorrência nº 013/2021 – DECOMP/DA., tendo como objeto, em síntese, a contratação de empresa para a execução das obras de infraestrutura urbana no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 03/Lote 02, incluindo pavimentação, drenagem urbana, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical e bacias de retenção, conforme normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, DNIT, NVACAP e ainda as exigências e demais considerações e especificações, memorial descritivo, quantitativos expressos no projeto e informações constantes do Termo de Referência e no Edital e seus anexos, sob o valor estimado de R\$ 66.229.641,00 (sessenta e seis milhões, duzentos e vinte e nove mil, seiscentos e quarenta e um reais).

No dia 20 de maio de 2022, foi realizada sessão pública para prosseguimento e divulgação do resultado da análise da documentação (primeira fase) da Concorrência nº 013/2021 – DECOMP/DA, tendo a Recorrente Costa Brava sido declarada inabilitada.

Segundo consta da ata de julgamento, a Recorrente foi inabilitada por dois motivos, quais sejam:

- a) *Por não atender ao disposto no subitem 6.1.3 do edital (apresentou balanço do exercício de 2020 – vencido em 30/04/2022); e*
- b) *Por não atender ao subitem 6.1.4, letra b.1 do edital (O profissional indicado como Responsável Técnico pela empresa não teve atestados apresentados para “Execução de rede de drenagem com diâmetro maior ou igual a 0,80 m.*

(...)

Especificamente quanto ao balanço patrimonial, o artigo acima transcrito exige que ele seja do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei. O balanço patrimonial exigível na forma da lei compreende o balanço patrimonial do último exercício assinado por contador e representante legal da empresa, devidamente acompanhado de Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro diário, este registrado na Junta Comercial.

Conforme disposto no Código Civil Brasileiro (artigo 1.078, inciso I), o balanço patrimonial deve ser fechado ao término de cada exercício social e apresentado até o quarto mês seguinte. Vejamos:

Art. 1.078. A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social, com o objetivo de:

I - tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;

Em sendo assim, até 2007, entendia-se que o prazo limite para elaboração do balanço patrimonial pelas empresas seria o final do mês de abril do exercício subsequente – ou seja, dia 30 de abril – prazo este considerado para a apresentação do balanço patrimonial em licitações.

Contudo, com a criação do sistema Público de Escritura Digital (SPED) e a publicação da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 787, de 2007, (atual Instrução Normativa RFB 2.082/2022), o prazo para as empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real ou presumido enviarem seu balanço patrimonial para a Receita Federal se estendeu até o último dia útil do mês de junho ou de agosto do ano subsequente.

Diante disso, passou-se a considerar que o balanço patrimonial apresentado pelas empresas tributadas com base no lucro real ou presumido seria considerado válido até 30 de junho do ano subsequente.

(...)

3.2. Subitem 6.1.4, letra "b.1" do edital. Responsável técnico.

Para fins de melhor compreensão da indevida inabilitação da Recorrente, transcreve-se a seguir o subitem 6.1.4, letra "b.1", do edital:

6.1.4. Relativamente à qualificação técnica:

b) Acervo técnico:

b.1 - do responsável técnico:

Comprovação do Responsável Técnico da licitante ter executado, a qualquer tempo obras compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão(ões) e atestado(s), em nome do próprio RT, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo CREA/CAU, na forma do disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, com apresentação da(s) Certidões de Acervo Técnico - CAT's e indicação da(s) Anotações de Responsabilidade Técnicas - ART's e - emitidas pelo conselho de fiscalização de profissional, onde conste a execução de:

Serviços	Unidade
Execução de pavimentação de vias em piso intertravado	m ²
Execução de rede de drenagem com diâmetro maior ou igual a 0,80 m	m

Com suposto amparo em tal dispositivo do edital, a Comissão de Licitação da NOVACAP inabilitou a Recorrente sob a justificativa de que "O profissional indicado como Responsável Técnico pela empresa não teve atestados apresentados para Execução de rede de drenagem com diâmetro maior ou igual a 0,80 m".

Novamente, com o devido respeito, essa justificativa não merece prosperar.

Principalmente porque o atestado de capacidade técnica referente à execução de rede de drenagem com diâmetro maior ou igual a 0,80m encontra-se vinculado aos profissionais e responsáveis técnicos Alexandre Freire Sobrinho (CAT 102160001183) e Cristófer Luiz Theodoroviz (CAT 1020160001214 em anexo), vejamos:

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
1020160001183
Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do CONFEA, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA/GO o Acervo Técnico do profissional: **ALEXANDRE FREIRE SOBRINHO** referente às Anotações de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminadas:

Profissional: **ALEXANDRE FREIRE SOBRINHO** (CPF: 1026479643) Registro: 4294/D-GO

Tipo profissional: Engenheiro Civil

Nº ART: 1020160001183 Tipo: Obra ou serviço Registrado em: 13/06/2016 Baixado em: 15/06/2016
Forma de registro: Substituição à 1020150046629 Participação técnica: Individual

Corporante: CONSTRUTORA ALMEIDA NEVES LTDA. (CNPJ nº 01.479.677/0001-17)

Av. AVENIDA FRANCISCO DE MELO Número 1267 Bairro VILA ROSA CEP 74345-210
Quilômetro 0,00 Lote 0 Complemento: QD 52 Cidade GOVANIA GO

E-Mail: (62) 32897073 Fone (62) 32897073
Cadastrado em: 17/10/2014 Valor R\$: 12.632.775,38
Tipo de contrato: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Atividade: Engenharia de Serviço Rua Diversos Russos Número 0,00
Bairro Jardim Itapua e Bairro Cardoso II CEP 74250-080
Quilômetro 0,00 Lote 0 Complemento: Cidade Aparecida de Goiânia GO

Data de início: 21/10/2014 Prazo de término: 21/06/2015 Coordenadas Geográficas
Atividade: Infra-estrutura Cotação: 01.055.727/0001-24
Proprietário: Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia - GO Cotação: 01.055.727/0001-24

E-Mail: Fone (62) 32455800

Atividades Técnicas: 1 - ATUAÇÃO EXECUÇÃO TERRAPLENAGEM 108.775,57 METROS CUBICOS 2 - ATUAÇÃO EXECUÇÃO PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA 10.944,95 TONELADAS 3 - ATUAÇÃO EXECUÇÃO GALERIA PLUVIAL 6.127,70 METROS 4 - ATUAÇÃO EXECUÇÃO MEIO-FIOS 23.121,30 METROS

Observações:
Execução de Terraplenagem, Pavimentação Asfáltica, Galerias de Água Pluviais e Meio-Fios nos Bairros Jardim Itapua e Bairro Cardoso II, no Município de Aparecida de Goiânia GO ART SUBSTITUTIVA DA ART Nº 1020150046629 ALTERANDO AS UNIDADES E QUANTIDADES DAS ATIVIDADES 1 E 2 E ALTERAÇÃO DAS QUANTIDADES DOS ITENS 3 E 4

Certidão de Acervo Técnico - CAT		CAT COM REGISTRO DE ATESTADO	
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009		1020160001214	
		Atividade concluída	
CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Conselho, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA-GO o Acervo Técnico do profissional CRISTOFER LUIZ THEODOROVIZ referente à(s) Atividade(s) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo designada(s):			
Profissional: CRISTOFER LUIZ THEODOROVIZ CPF: 0702490980 Registro: 8562/D-DF			
Título profissional: Engenheiro Civil , Engenheiro Agrônomo			
Nº ART: 102016009466 Tipo: Obra ou serviço Registrada em: 14/08/2016 Baixada em: 16/06/2016			
Forma de registro: Inicial Participação técnica: Corresponsável a 1020160094123			
Empresa contratada: 4510 - COSTA BRAVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA			
Contratante: CONSTRUTORA ALMEIDA NEVES LTDA		CPF/CNPJ: 01.479.677/0001-17	
Avenida AVENIDA FRANCISCO DE MELO		Número: 1207	
Bairro: VILA ROSA		CEP: 74345-210	
Quadra: 0 Lote: 0		Cidade: GOIÂNIA	
UF: GO		Estado: GO	
E-Mail: _____		Fone (62) 32897073	
Contrato: 001-(2013/2014)PSA		Cadastrado em: 17/10/2014	
Vinculada a ART: _____		Valor R\$: 12.632.775,38	
Ação Institucional: Nenhuma Não Aplicável		Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado	
Endereço da Obra/Serviço: Rua Diversas Ruas		Número: 0	
Bairro: Jardim Raposa e Bairro Cardoso II		CEP: 74960-060	
Quadra: 0 Lote: 0		Cidade: Aparecida de Goiânia	
Data de início: 21/10/2014		Estado: GO	
Data de término: 21/06/2015		Coordenadas Geográficas: _____	
Finalidade: Infra-estrutura		Código Obra pública: _____	
Proprietário: Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia - GO		CPF/CNPJ: 01.086.737/0001-24	
E-Mail: _____		Fone (62) 36455800	
Atividade(s) Técnica(s): 1 - ATUAÇÃO EXECUÇÃO TERRAPLENAGEM, 106.779,07 METROS CUBICOS 2 - ATUAÇÃO EXECUÇÃO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, 9.944,90 TONELADAS 3 - ATUAÇÃO EXECUÇÃO GALERIA PLUVIAL, 5.327,70 METROS 4 - ATUAÇÃO EXECUÇÃO MEIO-FIO, 23.701,30 METROS			
Observações: Execução de Terraplenagem, Pavimentação Asfáltica, Galerias de Águas Pluviais e Meio-Fio nos Bairros Jardim Raposa e Bairro Cardoso II, no Município de Aparecida de Goiânia-GO. ART SUBSTITUTIVA DA ART Nº 1020150046629 ALTERANDO AS UNIDADES E QUANTIDADES DAS ATIVIDADES 1 E 2, E ALTERAÇÃO DAS QUANTIDADES DOS ITENS 3 E 4			

Como se pode observar, o mesmo atestado pertence ao acervo de ambos engenheiros, igualmente acervadas.

Ressalta-se que o profissional Cristofer Luiz Theodoroviz cumpre fielmente todos os requisitos exigidos no Edital, mais especificamente no subitem 6.1.4, letra b.1, conforme consta na documentação apresentada para habilitação da Recorrente.

A propósito, mister destacar que não há absolutamente nenhuma exigência no edital de convocação no sentido de que o responsável técnico indicado no "Anexo IV" seja, necessariamente, o detentor do acervo técnico exigido no subitem 6.1.4, letra "b.1", do edital.

Não há essa imaginada exigência nem no item 6.1.4, letra "b" ou "d", nem, tampouco, na declaração de responsabilidade técnica objeto do "Anexo IV" do edital. Logo, não pode a NOVACAP exigir tal pré-requisito em desfavor da Recorrente, caso contrário, estaria se fazendo uma interpretação de cláusula inexistente no edital em prejuízo à restrição à competitividade entre as licitantes.

Desse modo, conclui-se que a inabilitação foi totalmente indevida, uma vez que o requisito exigido no subitem 6.1.4, letra "b.1", do edital, foi devidamente preenchido.

É o breve relatório.

4. DAS CONTRARRAÇÕES

Não houve apresentação de contrarrrazões.

5. DA ANÁLISE DOS RECURSOS

Sinteticamente, as empresas abaixo foram inabilitadas pelas seguintes razões:

1. **HYTEC Construções Terraplenagem e Incorporação Ltda**, por não atender ao disposto no subitem 6.1.3, do Edital (apresentou balanço do exercício de 2020 - vencido em 30.04.2022).

Sobre o balanço patrimonial, quando da abordagem do recurso da empresa COSTA BRAVA, discorreremos mais sobre o assunto, porém, em razão do assunto já estar pacificado nesta Companhia, entendemos que a recorrente está habilitada em relação a esse subitem.

2. **Consórcio WA** (formado pelas empresas: WHITE Tratores Serviços e Terraplenagem EIRELI e A&L Engenharia e Serviços Ltda.), por não atender ao disposto no subitem 6.1.3, do Edital (apresentou balanço do exercício de 2020 - vencido em 30.04.2022), e subitem 6.1.4, letra "b2", do edital (o Consórcio não apresentou atestados de "Execução de rede de drenagem com diâmetro maior ou igual a 0,80m" suficientes para conseguir o quantitativo requerido nos termos do Edital).

Sobre o balanço patrimonial, quando da abordagem do recurso da empresa COSTA BRAVA, discorreremos mais sobre o assunto, porém, em razão do assunto já estar pacificado nesta Companhia, entendemos que a recorrente está habilitada em relação a esse subitem.

Quanto ao recurso do Consórcio WA, por não ter atendido ao subitem 6.1.4, letra "b.2, do edital (não apresentou atestados de "Execução de rede de drenagem com diâmetro maior ou igual a 0,80m" suficientes para conseguir o quantitativo requerido nos termos do Edital), encaminhado o processo à Comissão Interna de Apoio Técnico, essa, após reanalise da documentação da empresa (86301776 - 86301876 e 86301958), se manifestou nos seguintes termos:

*"- WA: O recorrente havia sido inabilitado por não apresentar atestados técnicos suficientes para atender o requerido nos termos do Edital. À luz dos fatos apresentados no recurso, esta Comissão entende que os atestados apresentados **são de fato suficientes para atender os critérios propostos no Instrumento Convocatório.**" (grifamos)*

Dessa forma, entendemos que o Consórcio está habilitado para esse subitem também.

3. **Consórcio HL/USITQ**(formado pelas empresas: HL Terraplenagem EIRELI e USITEQ Serviços de Usinagem EIRELI) por não atender ao disposto no subitem 6.1.3, do Edital (apresentou balanço do exercício de 2020 - vencido em 30.04.2022) .

A favor do Consórcio HL/USITEQ, consta DECISÃO INTERLOCUTÓRIA COM FOÇA DE MANDADO, exarada pela 6ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, na lavra da Excelentíssima Juíza de Direito, Sandra Cristina Candeira de Lira, "determinando o restabelecimento da habilitação da parte autora, permitido sua participação na próxima fase do certame", conforme transcrição abaixo:

Número: 0706377-51.2022.8.07.0018

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara da Fazenda Pública do DF**

Última distribuição : **24/05/2022**

Valor da causa: **R\$ 66.229.641,00**

Assuntos: **Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação**


Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
USITEQ SERVICO DE USINAGEM LTDA - EPP (REQUERENTE)	
	PRESTES FERREIRA GOMES (ADVOGADO)
HL TERRAPLENAGEM LTDA (REQUERENTE)	
	PRESTES FERREIRA GOMES (ADVOGADO)
CIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP (REQUERIDO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
125669014	24/05/2022 16:31	Decisão	Decisão

	TJDFT	Poder Judiciário da União TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS 6VAFAPUB 6ª Vara da Fazenda Pública do DF
---	--------------	---

Número do processo: 0706377-51.2022.8.07.0018

Classe judicial: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

REQUERENTE: HL TERRAPLENAGEM LTDA, USITEQ SERVICO DE USINAGEM LTDA - EPP

REQUERIDO: CIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA COM FORÇA DE MANDADO

CIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP (CPF: 00.037.457/0001-70);

Nome: CIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

Endereço: SIA Setor de Áreas Públicas, LOTE B, Zona Industrial (Guará), BRASÍLIA - DF - CEP: 71215-000

(...)

Pois bem. Conforme se extrai da ata para divulgação da análise da documentação realizada pela comissão de licitação da Novacap (ID 125609182), o indeferimento da habilitação da empresa se deu em razão do não atendimento ao item 6.1.3 do edital, por ter apresentado o balanço patrimonial do exercício de 2020 vencido em 30/04/2022.

No entanto, em análise dos autos verifico que conforme declaração retirada do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, emitida em 26/01/2022, consta a validade de 31/05/2022, relativa a Qualificação Econômico-Financeira (ID 125609184 - Pág. 1). Desse modo, tendo em vista que a divulgação da inabilitação se deu em 14/05/2022, não se verifica, em um juízo perfunctório do direito aventado, motivo para sua eliminação no certame.

Portanto, há um excesso de formalismo da licitante - que não se pode conceber quando o ato alcança a sua finalidade - e não desvinculação ao edital.

À vista do exposto, **DEFIRO** o requerimento de concessão de tutela de urgência determinando o restabelecimento da habilitação da parte autora, permitindo sua participação na próxima fase do certame.

Intime-se, com urgência, acerca da presente decisão.

4. **COSTA BRAVA Projetos e Construções Ltda, a)** por não atender ao disposto no subitem 6.1.3, do edital (apresentou balanço do exercício de 2020 - vencido em 30.04.2022), e **b)** subitem 6.1.4, letra "b.1", do edital (O profissional indicado como Responsável Técnico pela empresa não teve atestados apresentados para "Execução de rede de drenagem com diâmetro maior ou igual a 0,80m");

a) subitem 6.1.3, do edital (apresentou balanço do exercício de 2020 - vencido em 30.04.2022):

A respeito do tema balanço patrimonial, no caso dos editais desta Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOCACAP, a exigência está prevista conforme a legislação pátria e consta com a seguinte redação:

"a) Balanço Patrimonial e demonstrações Contábeis do último exercício social, devidamente registrados na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da Empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios."

O Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10406/2002), artigos 1065 e 1078, prescrevem quando o balanço patrimonial deva ser elaborado e a data de sua deliberação, respectivamente, nos seguintes termos:

Art. 1065. Ao término de cada exercício social, proceder-se-á à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

...

Art. 1078. A assembléia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social, com o objetivo de:

I - tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;

Entretanto, em 2007, foi criado o Sistema Público de Escrituração Digital-SPED, e a Escrituração Contábil Digital-ECD, que as empresas sujeitas à escrituração contábil, nos termos da legislação comercial (Lei das S/A e Código Civil), foram obrigadas a adotá-la e inseriu cláusula sobre a data de envio do balanço.

Assim dispõe o artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 2003/2021:

Art. 3º Deverão apresentar a ECD as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas e as entidades imunes e isentas, obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial.

§ 1º A obrigação a que se refere o caput não se aplica:

I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#);

II - aos órgãos públicos, às autarquias e às fundações públicas;

III - às pessoas jurídicas inativas, assim consideradas aquelas que não tenham efetuado qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira, inclusive aplicação no mercado financeiro ou de capitais, durante todo o ano-calendário, as quais devem cumprir as obrigações acessórias previstas na legislação específica;

IV - às pessoas jurídicas imunes e isentas que auferiram, no ano-calendário, receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados cuja soma seja inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) ou ao valor proporcional ao período a que se refere a escrituração contábil;

V - às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro presumido que cumprirem o disposto no parágrafo único do art. 45 da [Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995](#); e

VI - à entidade Itaipu Binacional, tendo em vista o disposto no art. XII do [Decreto nº 72.707, de 28 de agosto de 1973](#).

Passando adiante, o artigo 5º da mesma Instrução Normativa disciplinou sobre o prazo limite para apresentação do ECD junto a Sped:

Art. 5º A ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo [Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007](#), até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração.

Portanto, o prazo para as empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real ou presumido enviarem seus balanços para a Receita Federal é o último dia útil do mês de maio do ano subsequente.

No entanto, entendemos necessário fazer a diferenciação entre a exigência do edital e os termos da Instrução Normativa da Receita Federal.

O Código Civil Brasileiro, como transcrito anteriormente, prescreve o prazo de 30 de abril para as empresas apresentarem seus balanços para a deliberação na assembléia de sócios, o mesmo definido no edital.

Outra coisa é o prazo que as empresas têm para lançarem seus balanços no SPED.

Sobre o assunto, lançamos mão dos ensinamentos do jurista Carlos Pinto Coelho Motta que leciona:

"O problema consistiria, concretamente, nos prazos referentes à exigibilidade de tais documentos, para fins de habilitação. Por vezes coloca-se nítido impasse entre a exigência do balanço e o fator temporal. O Professor Pereira Júnior conclui, judiciosamente:

O que parece razoável é fixar-se 30 de abril como a data do termo final do prazo para levantamento dos balanços e 1º de maio como a data do termo inicial de sua exigibilidade. Antes dessas datas, somente seriam exigíveis os balanços do exercício anterior ao encerrado. Assim, por exemplo, de janeiro a abril de 2004, se se quisesse o balanço como prova de qualificação econômico-financeira, somente será exigível o referente a 2002." (in Eficácia nas Licitações e Contratos. 11ª ed. rev. E atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, p. 389).

Por um lado, alguns entendem que o prazo limite, para fins de habilitação em licitação, seria até abril do ano subsequente, seguindo o código civil que, hierarquicamente, prevalece sobre a Instrução Normativa. Por outro, os que entendem que a administração pública só poderia exigir o balanço patrimonial do exercício anterior depois de vencido o mês de maio ou a data estabelecida pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil.

Dúvidas e entendimentos divergentes lançados, recai sobre a Comissão de Licitação decidir, até que jurisprudência seja formada pelos tribunais.

Dessa forma, vejamos, o artigo 59 da Constituição Federal estabelece a hierarquia das normas, lembrando que o Código Civil é uma Lei Ordinária, vejamos:

"Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I – emendas à Constituição;

II – leis complementares;

III – leis ordinárias;
IV – leis delegadas;
V – medidas provisórias;
VI – decretos legislativos;
VII – resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis."

Observa-se que a Instrução Normativa não figura no rol do artigo constitucional, pois são promulgadas pelos órgãos competentes da Administração Pública. Diante disto, a Instrução Normativa seria considerada norma de caráter secundário.

O Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região corrobora com este entendimento:

"ADMINISTRATIVO – REGISTRO ESPECIAL PARA COMPRA DE SELOS DE CONTROLE DO IPI – INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 139/83 – ART. 153, PAR. 2. DA CONSTITUIÇÃO DE 67 – ART. 5, INC, II. CONSTITUIÇÃO DE 88.

I – A Instrução Normativa nº 139/83 não pode restringir direitos que a lei não restringiu dada sua natureza de ato administrativo, com eficácia limitada pela hierarquia das leis.

(AMS nº 91.02.00544-1/RJ, 2ª T., rel Des. Carreira Alvim, j, em 12/09/1995, DJU de 15/02/1996, p. 7)"

O Procurador Clenan Renaut de Melo Pereira realizou julgamento neste sentido, a saber:

"A Instrução Normativa RFB nº 787/2007 a que se refere a recorrente, em seu art. 1º, esclarece que é instituída a Escrituração Contábil Digital para fins fiscais e previdenciários.

Imperioso destacar que tal norma não poderia se prestar a inovar disposição legal. No caso, o Código Civil pátrio, em seu Capítulo IV -Da Sociedade Limitada, prescreve:

"Art. 1078. A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social, com o objetivo de:

I – tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;"

As regras relativas ao balanço digital são tributárias, instituídas para fins de fiscalização dos tributos a serem recolhidos. Para fins de licitação, necessário observância da norma de regência.

Desta feita, não merece reparo a decisão da pregoeira, de inabilitação da empresa que não apresentou o balanço patrimonial exigível na forma da lei.

Diante do exposto, conheço do recurso para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO."

Sobre o tema, o Tribunal de Contas da União tem proferido decisões divergentes, não havendo, ainda, jurisprudência consolidada. No entanto, no Acórdão 2942/2021-Plenário, na relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, entendeu que o edital da licitação suprisse a lacuna determinando claramente qual exercício financeiro do balanço patrimonial deverá ser aceito, tese por nós esposada.

"27. Em que pese a tese defendida nos parágrafos precedentes, reconheço que a inexistência de uma jurisprudência consolidada no âmbito desta Corte de Contas pode ser suprida pelo próprio responsável pela condução do processo licitatório, por meio de inserção de cláusula editalícia que indique expressamente o exercício a que deve se referir o balanço patrimonial a ser apresentado para fins de comprovação da capacidade

econômico-financeira dos licitantes. Com essa medida, o instrumento convocatório supriria quaisquer dúvidas dos interessados acerca do assunto, razão pela qual proponho ao colegiado dar ciência ao TRT do ocorrido para que tal lacuna possa ser preenchida no edital que vier a ser publicado." (grifamos).

Entretanto, encaminhado o tema à Diretoria Jurídica da Novacap, essa, nos autos do processo nº 00112-00023060/2021-01, do Pregão Eletrônico nº 011/2022-DECOMP/DA, emitiu o Parecer SEI-GDF nº 291/2022 - NOVACAP/PRES/DF/DECONS (87458217) , que, entre tantas outras assertivas bem colocadas, declarou:

"26. Assim, é a Instrução Normativa RFB Nº 2003, de 18 de janeiro de 2021 que indica a resposta em relação ao tempo exigível de apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social nas licitações. Nesse sentido, o artigo 5º informa que a Escrituração Contábil Digital, de adoção obrigatória para as pessoas jurídicas vinculadas à tributação com base no lucro real ou presumido, deverá ser transmitida ao SPED até o último dia útil de maio do ano ulterior ao que se refira a escrituração.

(...)

28. Contudo, o Edital não foi preciso ao inserir expressamente o exercício a que deve se referir o balanço patrimonial a ser apresentado para fins de comprovação da capacidade econômico-financeira dos licitantes, fazendo-o da forma que segue:

"7.3.1 As licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar os seguintes documentos:(...)

***V. Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios."** (grifei)*

*29. Da leitura da previsão editalícia, extrai-se que o balanço deve corresponder ao último exercício social "**já exigível**", o que não faz remissão específica ao ano que este deva se referir, de modo que a recorrente apresentou o balanço exigível à época do certame.*

30. Assim, nesse ponto específico, assiste razão à recorrente quando argumenta que sua desclassificação foi indevida."

Dessa forma, entendeu a Diretoria Jurídica que, pelo fato de o edital não ter sido taxativo quanto ao exercício financeiro do balanço patrimonial a ser apresentado para fins de comprovação da capacidade econômico-financeira dos licitantes e que, portanto, nesse caso a exigência não estaria contemplada no Acórdão 2942/2021-Plenário do TCU, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil deva ser acatada a fim de cobrir a lacuna deixada pelo edital e a norma seja interpretada de forma ampla de forma a contemplar as empresas que apresentarem os balanços do exercício de 2020.

Portanto, sobre o balanço patrimonial, entendemos não haver mais dúvidas.

b - subitem 6.1.4, letra "b.1", do edital (O profissional indicado como Responsável Técnico pela empresa não teve atestados apresentados para "Execução de rede de drenagem com diâmetro maior ou igual a 0,80m"), a Comissão Interna de Apoio Técnico emitiu o Relatório Técnico - SODF/GAB/CPL/CIAT (88482130), e fez as seguintes considerações:

"Não foram encontrados atestados relativos à "Execução de rede de drenagem com diâmetro maior ou igual a 0,80m" em nome do engenheiro declarado Responsável Técnico pela empresa."

(...)

Em seu recurso, a recorrente alega que a CAT a seguir, que atesta seu

Responsável Técnico, foi apresentada:

Certidão de Acervo Técnico - CAT		CAT COM REGISTRO DE ATESTADO	
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009		1020160001214	
		Atividade concluída	
CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Conselho, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA-GO o Acervo Técnico do profissional CRISTOFER LUIZ THEODORO VIZ (referente a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo designada(s))			
Profissional: CRISTOFER LUIZ THEODORO VIZ RNP: 070249060 Registro: 8562/D-OF			
Título profissional: Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo			
Nº ART: 102016009466 Tipo: Obra ou serviço Registrada em: 14/09/2016. Balcada em: 16/06/2016			
Forma de registro: Inicial Participação técnica: Corresponsável a 1020160099123			
Empresa contratada: 4510 - COSTA BRAVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA			
Contratante: CONSTRUTORA ALMEIDA NEVES LTDA		CNPJ: 01.478.677/0001-17	
Avenida: AVENIDA FRANCISCO DE MELO		Número: 1207	
Bairro: VILA ROSA		CEP: 74345-210	
Quadra: 0 Lote: 0		Complemento: GD 52	
Cidade: GOIÂNIA		UF: GO	
E-Mail:		Fone (02) (32)97073	
Contrato: 001-(203)/2014(PGA)		Calendário em: 17/10/2014 Valor R\$: 12.632.775,38	
Vinculada a ART:		Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado	
Ação institucional: Nenhuma Não Aplicável			
Endereço da Obra/Serviço: Rua Diversas Ruas		Número: 0	
Bairro: Jardim Itapá e Bairro Cardoso II		CEP: 74960-060	
Quadra: 0 Lote: 0		Cidade: Aparecida de Goiânia	
Data de início: 21/10/2014		Data de término: 21/06/2015	
Finalidade: Infra-estrutura		Coordenador Ocorrências:	
Proprietário: Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia - GO		Código Ocorrência:	
E-Mail:		CNPJ: 01.088.737/0001-24	
		Fone (02) (35)558805	
Atividade(s) Técnica(s): 1 - ATUAÇÃO EXECUÇÃO TERRAPLENAGEM - 136.779,07 METROS CUBICOS; 2 - ATUAÇÃO EXECUÇÃO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - 9.644,90 TONELADAS; 3 - ATUAÇÃO EXECUÇÃO GALERIA PLUVIAL - 5.327,70 METROS; 4 - ATUAÇÃO EXECUÇÃO MEIO-FIO - 23.701,30 METROS			
Observações: Execução de Terraplenagem, Pavimentação Asfáltica, Galerias de Águas Pluviais e Meio-Fio nos Bairros Jardim Itapá e Bairro Cardoso II, no Município de Aparecida de Goiânia-GO. ART SUBSTITUTIVA DA ART Nº 1020150046629 ALTERANDO AS UNIDADES E QUANTIDADES DAS ATIVIDADES 1 E 2, E ALTERAÇÃO DAS QUANTIDADES DOS ITENS 3 E 4			

"Porém, ela não consta no processo e, portanto, esta Comissão mantém sua posição de apontar que o documento apresentado não satisfaz todos os critérios de Habilitação do Edital."

Compulsando a documentação apresentada pela COSTA BRAVA (86270025), percebe-se que, de fato, referida Certidão de Acervo Técnico - CAT, com registro de atestado nº 1020160001214, não foi apresentada.

Sobre o assunto é importante fazer breve abordagem e referência à Lei 8.666/93, que rege o presente certame:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

(...)

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. (grifamos)

Portanto, qualquer decisão tomada pela Comissão de Licitação deverá, sempre, estar vinculada aos ditames legais e, principalmente, ao Edital. Cabe às concorrentes, de forma diligente, formalizarem suas propostas com esmero a fim de apresentarem todos os elementos necessários ao aceite de suas propostas pela Comissão.

Ultrapassada a fase de habilitação, aceitar a inserção de documento que deveria constar originalmente, seria afrontar os artigos 41 e 43 da Lei 8.666/93, agir de forma ilegal e dar tratamento desigual em relação aos demais licitantes que apresentaram corretamente sua documentação.

Dessa forma, ratificamos as manifestações exaradas pela Comissão Interna de Apoio Técnico.

São essas as análises.

6. DA CONCLUSÃO

De todo exposto, e respaldados nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da isonomia, e, principalmente, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo. Respalados, ainda, pelo Parecer Jurídico SEI-GDF nº 291/2022 - NOVACAP/PRES/DF/DECONS (87458217) mais o Relatório Técnico - SODF/GAB/CPL/CIAT (88482130), esta Comissão **sugere**:

1. Acatar os recursos das empresas abaixo, para **HABILITÁ-LAS** no certame:

- a. HYTEC Construções Terraplenagem e Incorporação Ltda.;
- b. Consórcio WA (formado pelas empresas: WHITE Tratores Serviços e Terraplenagem EIRELI e A&L Engenharia e Serviços Ltda.); e,
- c. Consórcio HL/USITEQ (formado pelas empresas: HL Terraplenagem EIRELI e USITEQ Serviços de Usinagem EIRELI).

2. **Acatar, parcialmente, o recurso** da empresa COSTA BRAVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA., em relação ao balanço patrimonial, porém manter sua **INABILITAÇÃO** por não atender ao exigido subitem 6.1.4, letra "b.1", do edital (O profissional indicado como Responsável Técnico pela empresa não teve atestados apresentados para "Execução de rede de drenagem com diâmetro maior ou igual a 0,80m").

Em atenção ao art. 76, inciso VII, do Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap e legislação pertinente, **encaminhem-se os autos à decisão superior do Senhor Presidente da Companhia.**

É o que sugere a Comissão, S.M.J.

SILVIO ROMERO C. GOMES

- Presidente da Comissão –

FERNANDO VEIGA BRETONES FILHO

- Membro -

ERIVALDO SOUZA MARTINS

- Membro –



Documento assinado eletronicamente por **SILVIO ROMERO CORDEIRO GOMES - Matr.0058958-6, Coordenador(a) de Disputa de Licitação**, em 14/06/2022, às 08:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ERIVALDO SOUZA MARTINS - Matr.0074908-7, Agente Administrativo**, em 15/06/2022, às 08:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO VEIGA BRETONES FILHO - Matr.0276322-2, Membro da Comissão**, em 15/06/2022, às 14:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira,



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=88604139)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=88604139)
verificador= **88604139** código CRC= **8C00E50C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Departamento de Compras

Divisão de Licitações e Contratos

Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília-DF, 13 de junho de 2022.

Processo nº 00110-00002965/2021-96

Assunto: Recurso Administrativo

Ref.: Concorrência Nº 013/2021 - DECOMP/DA.

Obj.: Execução das Obras de Infraestrutura Urbana no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 03 / Lote 02, incluindo pavimentação, drenagem urbana, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical e bacias de retenção, conforme normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, DNIT, NOVACAP e ainda as exigências e demais condições e especificações, memorial descritivo, quantitativos expressos no projeto e informações constantes do Termo de Referência e no Edital e seus anexos. Valor estimado R\$ 66.229.641,00

Recorrente:

1. HYTEC Construções Terraplenagem e Incorporação Ltda
2. Consórcio WA (formado pelas empresas: WHITE Tratores Serviços e Terraplenagem EIRELI e A&L Engenharia e Serviços Ltda);
3. Consórcio HL/USITEQ (formado pelas empresas: HL Terraplenagem EIRELI e USITEQ Serviços de Usinagem EIRELI); e,
4. COSTA BRAVA Projetos e Construções Ltda.

Recorrida:

Comissão Permanente de Licitações - CPL

Ao GAB/PRES,

Visando melhor subsidiar a decisão do Sr. Diretor Presidente, informamos que as

empresas **Recorrentes** apresentaram Recursos Administrativos, tempestivamente, contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação - CPL que as inabilitou, pelas razões exaradas na Ata de Sessão Pública de Prosseguimento para Divulgação da Análise da Documentação (primeira fase) - (86982504) e Relatório Técnico - SODF/GAB/CPL/CIAT - (86750611).

Houve apresentação de contrarrazões pelo demais interessados.

Por fim, conforme Resposta aos Recurso - Relatório SEI-GDF n.º 180/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (88604139), a Comissão Permanente de Licitação-CPL, **sugeri**:

1. Acatar os recursos das empresas abaixo, para **HABILITÁ-LAS** no certame:
 - a) HYTEC Construções Terraplenagem e Incorporação Ltda.;
 - b) Consórcio WA (formado pelas empresas: WHITE Tratores Serviços e Terraplenagem EIRELI e A&L Engenharia e Serviços Ltda.); e,
 - c) Consórcio HL/USITEQ (formado pelas empresas: HL Terraplenagem EIRELI e USITEQ Serviços de Usinagem EIRELI).
2. **Acatar, parcialmente, o recurso** da empresa COSTA BRAVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA., em relação ao balanço patrimonial, porém manter sua **INABILITAÇÃO** por não atender ao exigido subitem 6.1.4, letra "b.1", do edital (O profissional indicado como Responsável Técnico pela empresa não teve atestados apresentados para "Execução de rede de drenagem com diâmetro maior ou igual a 0,80m").

Dessa forma, em cumprimento ao § 4º do art. 109 da Lei nº 8.666/1993 e legislação pertinente, e inciso VII do art. 76 do RLC, encaminhamos os autos à decisão superior do Senhor Presidente da Companhia.

Aline Alves de Oliveira

Chefe do DECOMP/DA

-respondendo-



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Departamento de Compras**, em 15/06/2022, às 15:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[aca=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **88663060** código CRC= **74F175E4**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Presidência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Despacho - NOVACAP/PRES

Brasília-DF, 15 de junho de 2022.

À Diretoria Jurídica,

Senhor Diretor,

Trata o presente da **Concorrência nº 013/2021 - DECOMP/DA** cujo objeto é a Execução das Obras de Infraestrutura Urbana no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 03 / Lote 02, incluindo pavimentação, drenagem urbana, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical e bacias de retenção, conforme normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, DNIT, NOVACAP e ainda as exigências e demais condições e especificações, memorial descritivo, quantitativos expressos no projeto e informações constantes do Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, por meio do Relatório SEI-GDF n.º 180/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Doc. SEI/GDF nº 88604139), decidiu pelo **PROVIMENTO** dos Recursos administrativos das empresas HYTEC Construções Terraplenagem e Incorporação Ltda., Consórcio WA (formado pelas empresas: WHITE Tratores Serviços e Terraplenagem EIRELI e A&L Engenharia e Serviços Ltda.) e Consórcio HL/USITEQ (formado pelas empresas: HL Terraplenagem EIRELI e USITEQ Serviços de Usinagem EIRELI), para manter as recorrentes habilitadas no certame e, pelo **PROVIMENTO PARCIAL** do recurso da empresa COSTA BRAVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA., em relação ao balanço patrimonial, porém mantendo sua **INABILITAÇÃO**, por não atender ao exigido subitem 6.1.4, letra "b.1", do edital.

Os autos foram encaminhados a esta Presidência pelo Departamento de Compras, mediante o Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Doc. SEI/GDF nº 88663060), para decisão acerca dos recursos interpostos pelas licitantes, conforme preconiza o artigo 124 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

Desta forma, visando dar embasamento jurídico à decisão a ser tomada por esta Presidência, conforme determina o artigo 25, XI do Estatuto Social da NOVACAP, encaminhamos os autos para análise, no que couber, e parecer acerca do Relatório citado e, ainda, dos recursos interpostos pelas empresas referenciadas.

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE

Diretor- Presidente



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE - Matr.0973488-0, Diretor(a) Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 20/06/2022, às 15:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **88907740** código CRC= **B46B9AAF**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF

3403-2310

00110-00002965/2021-96

Doc. SEI/GDF 88907740



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Presidência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
Diretoria Jurídica

Despacho - NOVACAP/PRES/DJ

Brasília-DF, 20 de junho de 2022.

Ao Departamento Jurídico Consultivo - DECONS/DJ/NOVACAP.

Dr.Lucas,

Para análise e providências ao solicitado no Despacho - NOVACAP/PRES (SEI-GDF Nº 88907740).

Luana Alves Silva de Menezes
Diretoria Jurídica - DJ/NOVACAP
Assessora



Documento assinado eletronicamente por **LUANA ALVES SILVA DE MENEZES - Matr.0973479-1, Assessor(a) I**, em 20/06/2022, às 17:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=89087738 código CRC= **55D7BBFF**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Diretoria Jurídica

Departamento Jurídico Consultivo

Parecer SEI-GDF n.º 338/2022 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS

Processo nº 00110-00002965/2021-96

Interessado: Presidência/ Departamento de Compras/ Divisão de Licitações e Contratos

Assunto: Recurso Administrativo – Concorrência nº 013/2021 - DECOMP/DA.

Ementa: Análise jurídico-formal do recurso apresentado em face da Decisão da Comissão Permanente de Licitação - **Concorrência nº 013/2021 - DECOMP/DA** objetivando a contratação pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, de empresa (s) com vistas a Execução das Obras de Infraestrutura Urbana no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 03 / Lote 02, incluindo pavimentação, drenagem urbana, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical e bacias de retenção, conforme normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, DNIT, NOVACAP e ainda as exigências e demais condições e especificações, memorial descritivo, quantitativos expressos no projeto e informações constantes do Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Senhor Chefe do Departamento Jurídico Consultivo da Diretoria Jurídica,

I – Relatório

1. Trata-se de consulta formulada pela Presidência consubstanciada no despacho (88907740), segundo o qual:

“Trata o presente da **Concorrência nº 013/2021 - DECOMP/DA** cujo objeto é a Execução das Obras de Infraestrutura Urbana no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 03 / Lote 02, incluindo pavimentação, drenagem urbana, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical e bacias de retenção, conforme normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, DNIT, NOVACAP e ainda as exigências e demais condições e especificações, memorial descritivo, quantitativos expressos no projeto e informações constantes do Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, por meio do Relatório SEI-GDF n.º 180/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Doc. SEI/GDF nº 88604139), decidiu pelo **PROVIMENTO** dos Recursos administrativos das empresas HYTEC Construções Terraplenagem e Incorporação Ltda., Consórcio WA (formado pelas empresas: WHITE Tratores Serviços e

Terraplenagem EIRELI e A&L Engenharia e Serviços Ltda.) e Consórcio HL/USITEQ (formado pelas empresas: HL Terraplenagem EIRELI e USITEQ Serviços de Usinagem EIRELI), para manter as recorrentes habilitadas no certame e, pelo **PROVIMENTO PARCIAL** do recurso da empresa COSTA BRAVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA., em relação ao balanço patrimonial, porém mantendo sua **INABILITAÇÃO**, por não atender ao exigido subitem 6.1.4, letra "b.1", do edital.

Os autos foram encaminhados a esta Presidência pelo Departamento de Compras, mediante o Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Doc. SEI/GDF nº 88663060), para decisão acerca dos recursos interpostos pelas licitantes, conforme preconiza o artigo 124 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

Desta forma, visando dar embasamento jurídico à decisão a ser tomada por esta Presidência, conforme determina o artigo 25, XI do Estatuto Social da NOVACAP, encaminhamos os autos para análise, no que couber, e parecer acerca do Relatório citado e, ainda, dos recursos interpostos pelas empresas referenciadas."

2. É o breve relatório.

II – Análise

3. A princípio se esclarece que esta análise se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, não sendo objeto deste parecer a avaliação quanto à oportunidade e conveniência do gestor, nem em relação a aspectos técnicos, econômicos e orçamentários. A função da unidade de assessoramento jurídico é apontar possíveis riscos e recomendar providências para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real necessidade de se adotar ou não a precaução sugerida.

4. Ressalte-se que esta análise é opinativa, não vinculante para o gestor público, o qual poderá de forma justificada, adotar orientação contrária ou diversa da aqui apresentada, e se restringe exclusivamente aos aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica.

5. Registre-se que esta análise se incumbe às disposições da Lei nº 13.303, de 2016, que é o novo marco legal obrigatório a todas as empresas públicas e as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, e cuja aplicação afasta as normas e disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que somente poderá ser adotada nas raríssimas exceções previstas na citada Lei que instituiu o novo estatuto jurídico de licitações e contratos administrativos.

6. De se observar também, o Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP que é o instrumento jurídico que esta Administração deverá observar nos seus procedimentos de licitações e contratos, regido pela Lei nº 13.303, de 2016, pela Lei nº 10.520, de 2002, pela Lei Distrital nº 4.770, de 2002, e pelos Decretos nºs 23.460/2002, 32.566/2010, 39.103/2018, 38.365/17, e demais normas aplicáveis.

7. Prosseguindo na análise, destaca-se que na sistemática instituída pela Lei 13.303/2016, o recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade.

8. Acerca da competência para julgamento do recurso, destaca-se o posicionamento dos autores Jessé Torres Pereira Júnior, Juliano Heinen, Marinês Restelatto e Rafael Maffini ¹:

"Caberá ao regulamento interno da empresa estatal indicar a autoridade competente para o julgamento do recurso administrativo, o modo e a forma como deve ser encaminhado a essa autoridade, o prazo para

interposição de recurso conforme estabelecido no art. 59 da Lei nº 13.303/16, o termo inicial desse prazo e as consequências da não interposição.”

9. O Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap institui nos moldes do art. 123, que a autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão objeto do recurso, ou decidindo manter a decisão, encaminhará o processo à autoridade superior, acompanhada de relatório circunstanciado sobre as razões do recurso, contrarrazões, descrição dos atos praticados e os argumentos técnicos ou jurídicos que desconstituem os argumentos lançados, apresentado, também, proposta de decisão.

10. A doutrina administrativista conceitua licitação como um procedimento administrativo, de observância obrigatória pelos órgãos e entidades da Administração Pública, em que, observada a igualdade entre os participantes, seleciona a proposta mais vantajosa ao poder público, uma vez preenchidos os requisitos mínimos necessários ao bom cumprimento das obrigações elencadas no instrumento convocatório e em seu respectivo contrato administrativo.

11. As normas do edital ditam as regras do certame e a sua inobservância fere o princípio da vinculação do instrumento, corolário do princípio da legalidade. Insere-se na esfera de discricionariedade da Administração Pública a eleição das exigências editalícias consideradas necessárias e adequadas em relação ao objeto licitado, com a devida fundamentação técnica. Entretanto, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é inadmissível que a Administração deixe de aplicar exigências previstas no próprio edital que tenha formulado.

12. Sobre o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, convém mencionar o ensinamento de Maria Sylvia Zanella Di Pietro²:

"Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.

Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital."

13. Do mesmo modo, eis a lição de José dos Santos Carvalho Filho³:

"A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na

via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto."

14. A interposição de recurso administrativo é cabível contra atos decisórios da Licitante nos casos de habilitação ou inabilitação, julgamento das propostas, anulação ou revogação da licitação, indeferimento do pedido de inscrição em registro-cadastral, sua alteração ou cancelamento.

15. Depreende-se dos autos que as licitantes HYTEC Construções Terraplenagem e Incorporação Ltda, Consórcio WA, Consórcio HL/USITEQ e COSTA BRAVA Projetos e Construções Ltda, interpuseram recursos administrativos em face Ata de Julgamento da Documentação (86982504), de 20 de maio de 2022, onde foram julgadas inabilitadas.

16. Verifica-se que os recursos administrativos ora em discussão foram apresentados tempestivamente.

17. Contra os referidos recursos, não houve contrarrazões.

18. Nesse contexto, sob o aspecto formal, verifica-se a regularidade e tempestividade dos recursos apresentados, preenchendo as condições de admissibilidade, aptos a serem analisados e julgados pela autoridade competente.

19. Acerca dos recursos apresentados, as recorrentes alegam que a inabilitação é descabida com fundamento no disposto no subitem 6.1.3, do Edital (apresentação de balanço do exercício de 2020 - vencido em 30.04.2022), sobretudo pela regularidade dos balanços patrimoniais apresentados, ressaltando que por estarem sujeitas ao Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, teriam até o último dia útil de maio do ano corrente para apresentar o balanço patrimonial de 2021.

20. Ainda, o recurso da empresa COSTA BRAVA Projetos e Construções Ltda. impugnou sua inabilitação com base no subitem 6.1.4, letra "b.1", do edital (O profissional indicado como Responsável Técnico pela empresa não teve atestados apresentados para "Execução de rede de drenagem com diâmetro maior ou igual a 0,80m").

21. No que compete ao julgamento, o Relatório SEI-GDF n.º 180/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (88604139) concluiu da forma que segue:

"De todo exposto, e respaldados nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da isonomia, e, principalmente, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo. Respaldados, ainda, pelo Parecer Jurídico SEI-GDF nº 291/2022 - NOVACAP/PRES/DF/DECONS (87458217) mais o Relatório Técnico - SODF/GAB/CPL/CIAT (88482130), esta Comissão **sugere**:

1. Acatar os recursos das empresas abaixo, para **HABILITÁ-LAS** no certame:
 - a. HYTEC Construções Terraplenagem e Incorporação Ltda.;

b. Consórcio WA (formado pelas empresas: WHITE Tratores Serviços e Terraplenagem EIRELI e A&L Engenharia e Serviços Ltda.); e,

c. Consórcio HL/USITEQ (formado pelas empresas: HL Terraplenagem EIRELI e USITEQ Serviços de Usinagem EIRELI).

2. **Acatar, parcialmente, o recurso** da empresa COSTA BRAVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA., em relação ao balanço patrimonial, porém manter sua **INABILITAÇÃO** por não atender ao exigido subitem 6.1.4, letra "b.1", do edital (O profissional indicado como Responsável Técnico pela empresa não teve atestados apresentados para "Execução de rede de drenagem com diâmetro maior ou igual a 0,80m").

22. Sobre a habilitação, a Lei nº 13.303/16, assim determina:

Art. 58. A habilitação será apreciada exclusivamente a partir dos seguintes parâmetros: [\(Vide Lei nº 14.002, de 2020\)](#)

I - exigência da apresentação de documentos aptos a comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da contração de obrigações por parte do licitante;

II - qualificação técnica, restrita a parcelas do objeto técnica ou economicamente relevantes, de acordo com parâmetros estabelecidos de forma expressa no instrumento convocatório;

III - capacidade econômica e financeira;

IV - recolhimento de quantia a título de adiantamento, tratando-se de licitações em que se utilize como critério de julgamento a maior oferta de preço.

§ 1º Quando o critério de julgamento utilizado for a maior oferta de preço, os requisitos de qualificação técnica e de capacidade econômica e financeira poderão ser dispensados.

§ 2º Na hipótese do § 1º, reverterá a favor da empresa pública ou da sociedade de economia mista o valor de quantia eventualmente exigida no instrumento convocatório a título de adiantamento, caso o licitante não efetue o restante do pagamento devido no prazo para tanto estipulado.

23. Em referência aos requisitos que ensejaram a desclassificação das recorrentes, o Edital de Licitação - Concorrência Nº 013/2021 - DECOMP/DA, apresenta as seguintes disposições:

"6. DA HABILITAÇÃO

6.1. O envelope DOCUMENTAÇÃO deverá conter, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação da licitante, os documentos em original ou cópia autenticada em cartório, ou ainda, cópia acompanhada do original para efeito de autenticação por membro da Comissão de Licitação ou por funcionário do DECOMP/DA, e a seguir indicados:

6.1.3. Relativamente à qualificação econômico-financeira:

a) Balanço Patrimonial e demonstrações Contábeis do último exercício social, devidamente registrados na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da Empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a.1) As sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura.

a.2) No caso específico de Sociedades do tipo S.A., o balanço e demonstrações contábeis deverão ser apresentados por publicação no Diário Oficial do DF ou Estado de origem.

a.3) A empresa que tenha optado pelo Lucro Presumido, para fins de imposto de renda, bem como as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, ficam também obrigadas a apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social.

b) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. A certidão terá validade de trinta dias, a contar da data de sua expedição.

c) Comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação constante deste Edital. A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da documentação, admitida à atualização para esta data através de índices oficiais, através do Registro Comercial, ato constitutivo, do CRC da NOVACAP, estatuto ou contrato social.[...]" (grifei)

24. A toda evidência, no art. 1.078 do Código Civil, o legislador não indicou data precisa para a publicação do balanço patrimonial, mas tão somente informou a data limite para que a assembleia dos sócios deliberem sobre o tema.

"Art. 1.078. A assembléia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social, com o objetivo de:

I - tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;

II - designar administradores, quando for o caso;

III - tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia."

25. Assim, quando o Edital não trata especificamente da data limite da apresentação do balanço, é a Instrução Normativa RFB Nº 2003, de 18 de janeiro de 2021 que indica a resposta em relação ao tempo exigível de apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social nas licitações. Nesse sentido, o artigo 5º do normativo informa que a Escrituração Contábil Digital, de adoção obrigatória para as pessoas jurídicas vinculadas à tributação com base no lucro real ou presumido, deverá ser transmitida ao SPED até o último dia útil de maio do ano ulterior ao que se refira a escrituração.

"Art. 5º A ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refere a escrituração. (Vide Instrução Normativa RFB nº 2023, de 28 de abril de 2021). (Vide Instrução Normativa RFB nº 2082, de 18 de maio de 2022)

§ 1º O prazo para entrega da ECD será encerrado às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do dia fixado para entrega da escrituração." (grifei)

26. O Relatório SEI-GDF n.º 180/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC, ao tratar sobre o tema, indicou jurisprudência do TCU que assim dispõe:

"27. Em que pese a tese defendida nos parágrafos precedentes, reconheço que a inexistência de uma jurisprudência consolidada no âmbito desta Corte de Contas pode ser suprida pelo próprio responsável pela condução do processo licitatório, por meio de inserção de cláusula editalícia que indique expressamente o exercício a que deve se referir o balanço patrimonial a ser apresentado para fins de comprovação da capacidade econômico-financeira dos licitantes. Com essa medida, o instrumento convocatório supriria quaisquer dúvidas dos interessados acerca do assunto, razão pela qual proponho ao colegiado dar ciência ao TRT do

ocorrido para que tal lacuna possa ser preenchida no edital que vier a ser publicado.” (grifos acrescidos).

27. Contudo, o Edital não foi preciso ao indicar expressamente o exercício a que deve se referir o balanço patrimonial a ser apresentado para fins de comprovação da capacidade econômico-financeira dos licitantes, fazendo-o da forma que segue:

"6.1.3. Relativamente à qualificação econômico-financeira:

a) Balanço Patrimonial e demonstrações Contábeis do último exercício social, devidamente registrados na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da Empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.." (grifei)

28. Da leitura da previsão editalícia, extrai-se que o balanço deve corresponder ao último exercício social "**já exigível**", o que não faz remissão específica ao ano que este deva se referir, de modo que as recorrente não poderiam ser inabilitadas pela apresentação do balanço de 2020, exigível à época do certame.

29. Esse entendimento se coaduna com o Acórdão n.º 2293/2018 PLENÁRIO/TCU, de relatoria do ministro José Mucio Monteiro, que assim dispõe:

"15. Aliás, o Tribunal já enfrentou a questão no [Acórdão 2145/2017-TCU-Plenário](#), entendendo que seria de rigor excessivo considerar 30 de abril como termo final para as publicações e registro dos demonstrativos contábeis. Transcrevo excerto bastante esclarecedor da decisão a seguir:

"9. Com efeito, o [Acórdão 1999/2014-TCU-Plenário](#) inclinou-se no sentido de adotar o prazo previsto no art. 1.078 do Código Civil, que prevê a aprovação do balanço patrimonial e dos demais demonstrativos contábeis até o dia 30 de abril do ano subsequente ao do exercício financeiro de referência, para efeitos de aplicação do art. 31, inciso I, da Lei 8.666/1993, o qual define que o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis a serem apresentados na fase de qualificação econômico-financeira devem se referir ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei (grifei) .

[...]

12. Entretanto, mais recentemente, outras duas decisões desta Corte trouxeram novas luzes à questão, motivo pelo qual não merecem prosperar os argumentos da embargante. Nos autos do [Acórdão 472/2016-TCU-Plenário](#), o Tribunal entendeu que o prazo previsto no Código Civil (30 de abril) , refere-se à deliberação da assembleia de sócios acerca do balanço patrimonial e não a sua publicação, conforme excerto que transcrevo:

‘3.2. Em relação à alínea b”, foi verificado que o prazo previsto no Código Civil (30/4/2015) refere-se à deliberação da assembleia de sócios sobre o balanço patrimonial e não a sua publicação. O fato de a empresa apresentar documentação referente ao exercício de 2013 em 22/5/2015 encontra respaldo na Instrução Normativa 1.420/2013 da Receita Federal do Brasil, pois, para as empresas que adotam o regime de tributação vinculado ao Sistema Público de Escrituração Digital - Sped, a exigência para apresentação dos documentos relativos ao exercício imediatamente anterior só se inicia a partir de 30 de junho do exercício atual;’" (grifei) .

16. No [Acórdão 119/2016-TCU-Plenário](#) o Tribunal elasteceu ainda mais esse entendimento, considerando que, não havendo cláusula específica no edital que indique o exercício a que deve se referir o demonstrativo, deve ser adotado como parâmetro o último dia útil do mês de junho, em consonância com a Instrução Normativa SRF 1.420/2013. (...)" (grifei)

30. Assim, nesse ponto específico, assiste razão às recorrentes.

31. Ademais, a recorrente COSTA BRAVA Projetos e Construções Ltda foi inabilitada, também, pela violação do item 6.1.4, letra "b.1", do Edital em tela, *verbis*:

"6. DA HABILITAÇÃO

6.1. O envelope DOCUMENTAÇÃO deverá conter, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação da licitante, os documentos em original ou cópia autenticada em cartório, ou ainda, cópia acompanhada do original para efeito de autenticação por membro da Comissão de Licitação ou por funcionário do DECOMP/DA, e a seguir indicados:

6.1.4. Relativamente à qualificação técnica:

a) Certidão de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou por meio eletrônico/via internet, da sede da empresa licitante, dentro do prazo de validade. Se a empresa CONTRATADA, for de outra praça, no ato da CONTRATAÇÃO deverá apresentar a Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA do estado de origem, e esta deverá ser obrigatoriamente visada pelo CREA/DF, de acordo com o Art. 69, da Lei 5.194, de 24/12/66 e Resolução nº 265, de 15/12/79 do CONFEA.

b) Acervo técnico:

b.1 - do responsável técnico:

Comprovação do Responsável Técnico da licitante ter executado, a qualquer tempo obras compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão(ões) e atestado(s), em nome do próprio RT, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo CREA/CAU, na forma do disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do CONFEA, com apresentação da(s) Certidões de Acervo Técnico - CAT's e indicação da(s) Anotações de Responsabilidade Técnicas - ART's e - emitidas pelo conselho de fiscalização de profissional, onde conste a execução de: (grifamos)"

32. Nesse ponto, examine-se o entendimento consolidado no Relatório SEI-GDF n.º 180/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC, in verbis:

"Compulsando a documentação apresentada pela COSTA BRAVA (86270025), percebe-se que, de fato, referida Certidão de Acervo Técnico - CAT, com registro de atestado nº 1020160001214, não foi apresentada.

Sobre o assunto é importante fazer breve abordagem e referência à Lei 8.666/93, que rege o presente certame:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

(...)

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. (grifamos)

Portanto, qualquer decisão tomada pela Comissão de Licitação deverá, sempre, estar vinculada aos ditames legais e, principalmente, ao Edital. Cabe às concorrentes, de forma diligente, formalizarem suas propostas

com esmero a fim de apresentarem todos os elementos necessários ao aceite de suas propostas pela Comissão.

Ultrapassada a fase de habilitação, aceitar a inserção de documento que deveria constar originalmente, seria afrontar os artigos 41 e 43 da Lei 8.666/93, agir de forma ilegal e dar tratamento desigual em relação aos demais licitantes que apresentaram corretamente sua documentação. (grifei)"

33. Cumpre ressaltar que esta Companhia, quando da elaboração de seus processos licitatórios, alinha-se ao cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública, elucidados no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 e art. 31 da Lei nº 13.309/16, especialmente, no que se refere à legalidade do referido ato administrativo e **respeito ao princípio da ampla competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa à Administração e pleiteia pela garantia da excelência e eficiência da qualidade dos produtos e dos serviços a serem prestados.**

34. Nesse sentido, vale lembrar a lição de Marçal Justen Filho 5 sobre o princípio da isonomia:

(...) “Há equívoco em supor que a isonomia veda a diferenciação entre os particulares para contratação com a Administração. A Administração necessita contratar com terceiros para realizar seus fins. Logo, deve escolher o contratante e a proposta. Isso acarreta inafastável diferenciação entre os particulares. Quando a Administração escolhe alguém para contratar, está efetivando uma diferenciação entre os interessados. Em termos rigorosos, está introduzindo um tratamento diferenciado para os terceiros. A diferenciação e o tratamento discriminatório são insuprimíveis, sob esse ângulo. Não se admite, porém, a discriminação arbitrária, produto de preferências pessoais e subjetivas do ocupante do cargo público. A licitação consiste em um instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na seleção do contratante. Portanto, o ato convocatório deverá definir, de modo objetivo, as diferenças que são reputadas relevantes para a Administração. A isonomia significa o tratamento uniforme para situações uniformes, distinguindo-se-as na medida em que exista diferença. Essa fórmula acarreta inúmeras consequências.”

35. Deste modo, se mostra razoável que a ausência de apresentação tempestiva da comprovação de qualificação técnica do responsável técnico seja condição para inabilitação da recorrente, seja pela necessidade de observância do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme disposto nos itens 12 e 13 do presente Opinativo, quanto pela não impugnação desta previsão editalícia pelas licitantes em tempo oportuno.

36. Assim, entendemos que a inabilitação da licitante COSTA BRAVA Projetos e Construções Ltda se sustenta por não atender ao exigido subitem 6.1.4, letra "b.1", do edital.

DA CONCLUSÃO

37. Ante ao exposto, com base nos princípios que regem o procedimento licitatório, em análise quanto aos aspectos jurídicos, conclui-se que o ato administrativo proferido pela autoridade competente não merece reforma, sugerindo-se a manutenção integral da conclusão emanada no Relatório SEI-GDF n.º 180/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (88604139).

38. É o parecer *sub censura*.

À consideração e aprovação da Diretoria Jurídica

Lucas Rodrigues Garcia

Assessor da Diretoria Jurídica - NOVACAP

OAB-DF nº 62.972

Senhor Diretor Jurídico,

1. Acolho os termos do presente Parecer nº 338/2022-NOVACAP/PRES/DJ/DECONS, pelos seus próprios fundamentos.

2. Após a manifestação de Vossa Senhoria, sugiro que sejam os autos encaminhados a Presidência para conhecimento.

ANTÔNIO MARQUES DOS REIS FILHO

Chefe do Departamento Jurídico Consultivo da Diretoria Jurídica

DECONS/DJ/NOVACAP

OAB/DF nº 35.184

[1] PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres et AL. *Comentários à Lei das Estatais: Lei nº 13.303/16* Belo Horizonte: Fórum, 2018.

² PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. *Direito Administrativo*. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 299.

³ CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 246.

⁴ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 8. ed. São Paulo: Dialética, 2002.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS RODRIGUES GARCIA - Matr.0973420-1, Assessor(a)**, em 22/06/2022, às 15:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO MARQUES DOS REIS FILHO - Mat.0973336-1, Chefe do Departamento Jurídico Consultivo**, em 22/06/2022, às 16:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **89191493** código CRC= **771C2766**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF

00110-00002965/2021-96

Doc. SEI/GDF 89191493



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Presidência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
Diretoria Jurídica

Despacho - NOVACAP/PRES/DJ

Brasília-DF, 22 de junho de 2022.

À Presidência - PRES/NOVACAP.

Senhor Diretor-Presidente,

Encaminho os autos contendo Parecer nº 338/2022 (Ref. SEI-GDF nº 89191493) elaborado pelo Dr. Lucas Rodrigues Garcia, corroborado pelo Chefe do Departamento Jurídico Consultivo desta Diretoria Jurídica - DECONS/DJ/NOVACAP, Dr. Antônio Marques dos Reis Filho, informando a minha anuência ante o entendimento firmado.

KLEBER BORGES DE MOURA

Diretor Jurídico - DJ/NOVACAP

OAB-DF nº 14.012



Documento assinado eletronicamente por **KLEBER BORGES DE MOURA - Matr.0973538-0**, **Diretor(a) Jurídico(a) da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 23/06/2022, às 12:04, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **89299699** código CRC= **FEB16176**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Presidência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Despacho - NOVACAP/PRES

Brasília-DF, 23 de junho de 2022.

À Diretoria Administrativa,
Com vistas ao DECOMP,

Senhor Diretor,

Trata o presente da **Concorrência nº 013/2021 - DECOMP/DA** cujo objeto é a Execução das Obras de Infraestrutura Urbana no Setor Habitacional Sol Nascente Trecho 03 / Lote 02, incluindo pavimentação, drenagem urbana, meios-fios, calçadas, sinalização horizontal e vertical e bacias de retenção, conforme normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, DNIT, NOVACAP e ainda as exigências e demais condições e especificações, memorial descritivo, quantitativos expressos no projeto e informações constantes do Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, por meio do Relatório SEI-GDF n.º 180/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Doc. SEI/GDF nº 88604139), sugeriu pelo **PROVIMENTO** dos Recursos administrativos das empresas HYTEC Construções Terraplenagem e Incorporação Ltda., Consórcio WA (formado pelas empresas: WHITE Tratores Serviços e Terraplenagem EIRELI e A&L Engenharia e Serviços Ltda.) e Consórcio HL/USITEQ (formado pelas empresas: HL Terraplenagem EIRELI e USITEQ Serviços de Usinagem EIRELI), para manter as recorrentes habilitadas no certame e, pelo **PROVIMENTO PARCIAL** do recurso da empresa COSTA BRAVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA., em relação ao balanço patrimonial, porém mantendo sua **INABILITAÇÃO**, por não atender ao exigido subitem 6.1.4, letra "b.1", do edital.

Os autos foram encaminhados a esta Presidência pelo Departamento de Compras, mediante o Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Doc. SEI/GDF nº 88663060), para decisão acerca dos recursos interpostos pelas licitantes, conforme preconiza o artigo 124 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

Na sequência, os autos foram submetidos à Diretoria Jurídica, nos termos do Despacho - NOVACAP/PRES (Doc. SEI/GDF nº 88907740), a qual, mediante o Parecer SEI-GDF n.º 338/2022 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS (**Doc. SEI/GDF nº 89191493**), aprovado pelo Diretor Jurídico (Doc. SEI/GDF nº 89299699), concluiu que:

"(...)

DA CONCLUSÃO

37. Ante ao exposto, com base nos princípios que regem o procedimento licitatório, em análise quanto aos aspectos jurídicos, conclui-se que o ato administrativo proferido pela autoridade competente não merece reforma, sugerindo-se a manutenção integral da conclusão emanada no Relatório SEI-GDF n.º 180/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (88604139).".

Ante o exposto, **ACOLHO** o entendimento exarado pela Diretoria Jurídica (Doc. SEI/GDF nº 89299699) e pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, nos termos do Relatório SEI-GDF n.º 180/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (**Doc. SEI/GDF n.º 88604139**), e **DECIDO dar PROVIMENTO** aos Recursos administrativos das empresas HYTEC Construções Terraplenagem e Incorporação Ltda., Consórcio WA (formado pelas empresas: WHITE Tratores Serviços e Terraplenagem EIRELI e A&L Engenharia e Serviços Ltda.) e Consórcio HL/USITEQ (formado pelas empresas: HL Terraplenagem EIRELI e USITEQ Serviços de Usinagem EIRELI), para manter as recorrentes habilitadas no certame, e **DAR PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso da empresa COSTA BRAVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA., em relação ao balanço patrimonial, contudo mantendo sua **INABILITAÇÃO**, por não atender ao exigido subitem 6.1.4, letra "b.1", do edital.

Restituo os autos para as providências necessárias ao prosseguimento do certame.

FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE

Diretor-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE - Matr.0973488-0, Diretor(a) Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, em 23/06/2022, às 18:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **89379199** código CRC= **276E4BDF**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF

3403-2310



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Presidência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
Diretoria Administrativa

Despacho - NOVACAP/PRES/DA

Brasília-DF, 24 de junho de 2022.

Ao Departamento de Compras - DECOMP.

Senhor Chefe,

Restituímos o presente processo, para continuidade do certame, após manifestação da Comissão Permanente de Licitação - CPL, por meio do Relatório SEI-GDF n.º 180/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC (Doc. SEI/GDF nº 88604139), do Parecer SEI-GDF n.º 338/2022 - NOVACAP/PRES/DJ/DECONS (Doc. SEI/GDF nº 89191493) e ainda, do entendimento da Presidência, Despacho - NOVACAP/PRES (Doc. SEI/GDF nº 89379199), que decidiu **dar PROVIMENTO** aos Recursos administrativos das empresas HYTEC Construções Terraplenagem e Incorporação Ltda., Consórcio WA (formado pelas empresas: WHITE Tratores Serviços e Terraplenagem EIRELI e A&L Engenharia e Serviços Ltda.) e Consórcio HL/USITEQ (formado pelas empresas: HL Terraplenagem EIRELI e USITEQ Serviços de Usinagem EIRELI), para manter as recorrentes habilitadas no certame, e **DAR PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso da empresa COSTA BRAVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA., em relação ao balanço patrimonial, contudo mantendo sua **INABILITAÇÃO**, por não atender ao exigido subitem 6.1.4, letra "b.1", do edital.

ELIE CHIDIAC

Diretor Administrativo - Interino



Documento assinado eletronicamente por **ELIE ISSA EL CHIDIAC - Matr.0973550-X, Diretor(a) Administrativo(a)**, em 24/06/2022, às 12:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **89458265** código CRC= **5FB138F7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF

3403-2313

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO
BRASIL

Departamento de Compras

Divisão de Licitações e Contratos

Ofício Nº 123/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília-DF, 24 de junho de 2022.

Telefone: (61) 3403-2321 ou (61) 3403-2322

Senhora Subsecretária,

Solicitamos os bons ofícios de Vossa Senhoria, visando providenciar a publicação no **dia 27 de junho de 2022** no “**DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL**” Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal, do **Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica nº 003/2022 DECOMP/DA** e de **Julgamento de Recursos da Concorrência nº 013/2021 – DECOMP/DA**.

Respeitosamente,

Ladécio Brito Santos Filho

Chefe do Decomp/DA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP

Aviso de Dispensa de Licitação Eletrônica

Dispensa Eletrônica nº 003/2022 – DECOMP/DA – por lote, para Contratação, por dispensa eletrônica, sob demanda, de empresa especializada no fornecimento de serviços de rastreamento via GPS/GSM/GPRS/internet/Satélite, em tempo real e ininterrupto, com disponibilização e licença de gerenciamento de software de rastreamento e monitoramento (em língua portuguesa - Português praticado no Brasil) com acesso via Web, e os serviços de configuração, capacitação, suporte técnico, manutenção e garantia de funcionamento de software de rastreamento para monitoramento e acompanhamento de localização automática e demais funções exigidas, de veículos, máquinas e equipamentos da frota própria, locada e terceirizada da NOVACAP, para atender as necessidades da Companhia, conforme condições, quantidades e exigências contidas no Termo de Referência, com duração de 180 (cento e oitenta) dias. A contratação se dará em regime de comodato, por meio de contratação emergencial, sob demanda da Contratante - Valor estimado da contratação R\$ 445.920,00 - Processo nº 00112-00005571/2022-14. Data e horário da dispensa: 04 de julho de 2022 - às 9h. O Departamento de Compras da NOVACAP torna público que realizará a dispensa acima e que o Termo de Referência poderá ser retirado exclusivamente nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.novacap.df.gov.br. Informações: (061) 3403-2321 ou (061) 3403-2322 e e-mail dilic@novacap.df.gov.br.

Aviso de Julgamento de Recursos

Comunicamos aos interessados na Concorrência nº 013/2021 – DECOMP/DA – processo nº 00110-00002965/2021-96, que a Comissão Permanente de Licitação da NOVACAP, após análise dos Recursos Administrativos interpostos pelas empresas/consórcios: COSTA BRAVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA; CONSÓRCIO WA (White Tratores e Serviços Eireli e A&L Engenharia e Serviços); HYTEC CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM E INCORPORAÇÃO LTDA e CONSÓRCIO HL/USITEQ (HL Terraplenagem EIRELI e USITEQ Serviços de Usinagem EIRELI), os submeteu ao Diretor Presidente da Companhia, o qual decidiu: DAR PROVIMENTO aos recursos da empresa/consórcios CONSÓRCIO WA (White Tratores e Serviços Eireli e A&L Engenharia e Serviços); HYTEC CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM E INCORPORAÇÃO LTDA e CONSÓRCIO HL/USITEQ (HL Terraplenagem EIRELI e USITEQ Serviços de Usinagem EIRELI), para mantê-las habilitadas e participarem das demais fases da licitação e pelo PROVIMENTO PARCIAL do recurso da

empresa COSTA BRAVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, mantendo-a inabilitada no certame. Diante do exposto, fica designada a data de 1º de julho de 2022 – às 14h; para abertura das propostas de preços dos proponentes habilitados. A documentação que fundamentou a tomada de decisão encontra-se à disposição de todos no endereço eletrônico www.novacap.df.gov.br – link: licitações. Para informações ligar - (0xx61) 3403-2321 ou (0xx61) 3403-2322.

Brasília, 24 de junho de 2022.
Ladércio Brito Santos Filho
Chefe do DECOMP/DA

À Senhora

RAIANA DO EGITO MOURA

Subsecretária

Subsecretaria de Atos Oficiais

70.075-900 - Brasília/DF



Documento assinado eletronicamente por **LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO - Matr.0973557-7, Chefe do Departamento de Compras**, em 24/06/2022, às 15:21, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=89482713 código CRC= **FA889485**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guarã - CEP 70075-900 - DF

Site: - www.novacap.df.gov.br





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

CASA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Atos Oficiais

Coordenação de Publicação e Faturamento

Despacho - CACI/GAB/SUBDODF/CPF

Brasília-DF, 24 de junho de 2022.

À COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL,

Refiro-me ao Ofício nº 123/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC, 89482713, que trata de minuta de matéria, contendo 2 Avisos.

Em atendimento à solicitação, informo que as matérias serão publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal nº 118, de 27 de Junho de 2022.

Por fim, restituo os autos, para que sejam adotadas as providências que julgar pertinentes.

VERA LUCIA OLIVEIRA DA CRUZ

Assessora

TAYRON BARBOSA DA MOTA FRANÇA

Coordenador de Publicação e Faturamento



Documento assinado eletronicamente por **VERA LUCIA OLIVEIRA DA CRUZ - Matr. 1.677.998-3, Assessor(a)**, em 24/06/2022, às 16:02, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **TAYRON BARBOSA DA MOTA FRANÇA - Matr.1689447-2, Coordenador(a) de Publicação e Faturamento**, em 24/06/2022, às 16:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[aca=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **89504937** código CRC= **D04F80B0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti, Palácio do Buriti - Bairro Zona Cívico Administrativa - CEP 70075-900 - DF

39619977

00112-00015012/2022-12

Doc. SEI/GDF 89504937

**DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS**

AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSOS

Comunicamos aos interessados na Concorrência nº 013/2021 – DECOMP/DA – Processo 00110-00002965/2021-96, que a Comissão Permanente de Licitação da NOVACAP, após análise dos Recursos Administrativos interpostos pelas empresas/consórcios: COSTA BRAVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA; CONSÓRCIO WA (White Tratores e Serviços) Eireli e A&L Engenharia e Serviços; HYTEC CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM E INCORPORAÇÃO LTDA e CONSÓRCIO HL/USITEQ (HL Terraplenagem EIRELI e USITEQ Serviços de Usinagem EIRELI), os submeteu ao Diretor Presidente da Companhia, o qual decidiu: DAR PROVIMENTO aos recursos da empresa/consórcios CONSÓRCIO WA (White Tratores e Serviços) Eireli e A&L Engenharia e Serviços; HYTEC CONSTRUÇÕES TERRAPLENAGEM INCORPORAÇÃO LTDA e CONSÓRCIO HL/USITEQ (HL Terraplenagem EIRELI e USITEQ Serviços de Usinagem EIRELI), para mantê-las habilitadas e participarem das demais fases da licitação e pelo PROVIMENTO PARCIAL do recurso da empresa COSTA BRAVA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, mantendo-a inabilitada no certame. Diante do exposto, fica designada a data de 1º de julho de 2022 – às 14h; para abertura das propostas de preços dos proponentes habilitados. A documentação que fundamentou a tomada de decisão encontra-se à disposição de todos no endereço eletrônico www.novacap.df.gov.br – link: licitações. Para informações ligar - (0xx61) 3403-2321 ou (0xx61) 3403-2322.

Brasília/DF, 24 de junho de 2022
LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO

Chefe

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

Dispensa Eletrônica nº 003/2022 – DECOMP/DA – por lote, para Contratação, por dispensa eletrônica, sob demanda, de empresa especializada no fornecimento de serviços de rastreamento via GPS/GSM/GPRS/internet/Satélite, em tempo real e ininterrupto, com disponibilização e licença de gerenciamento de software de rastreamento e monitoramento (em língua portuguesa - Português praticado no Brasil) com acesso via Web, e os serviços de configuração, capacitação, suporte técnico, manutenção e garantia de funcionamento de software de rastreamento para monitoramento e acompanhamento de localização automática e demais funções exigidas, de veículos, máquinas e equipamentos da frota própria, locada e terceirizada da NOVACAP, para atender as necessidades da Companhia, conforme condições, quantidades e exigências contidas no Termo de Referência, com duração de 180 (cento e oitenta) dias. A contratação se dará em regime de comodato, por meio de contratação emergencial, sob demanda da Contratante - Valor estimado da contratação R\$ 445.920,00 - Processo 00112-00005571/2022-14. Data e horário da dispensa: 04 de julho de 2022 - às 9h. O Departamento de Compras da NOVACAP torna público que realizará a dispensa acima e que o Termo de Referência poderá ser retirado exclusivamente nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.novacap.df.gov.br. Informações: (061) 3403-2321 ou (061) 3403-2322 e e-mail dilic@novacap.df.gov.br.

Brasília/DF, 24 de junho de 2022
LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO

Chefe

**SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**CONSELHO DE POLÍTICA
DE DESENVOLVIMENTO RURAL
CÂMARA TÉCNICA**

**RESULTADO DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS PROCESSOS PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO – ENQUADRAMENTO NO PRÓ-RURAL-DF/RIDE**

A Câmara Técnica, do Conselho de Política Desenvolvimento Rural, aprovou os processos abaixo relacionados, os quais devem ser encaminhados para publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme prevê o § 1º do Art. 32, do Decreto 21.500, de 11 de setembro de 2000.

Número do Processo	Nome do Requerente
00072-00000266/2022-69	FRANCIELE MATTE PERIUS
00072-00000256/2022-23	FRANCIELE MATTE PERIUS
00072-00000264/2022-70	WILLIAN MATTE
00072-00004090/2021-33	C.G. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
00072-00001514/2022-99	REYNALDO ROCHA BARROS
00072-00001025/2022-37	JOSE DA SILVA GARROTE
00072-00001531/2022-26	ARTUR HEITON DE ANDRADE
00072-00002061/2022-18	MAURÍCIO VICENTE MICHALSKI
00072-00001596/2022-71	CARLOS APARECIDO ALVES

INDEFERIMENTO do processo 00370-00000999/2022-11 - ENGEER ENGENHARIA E ENERGIA RENOVÁVEL LTDA

DINÁ MARIA GUIMARÃES DA SILVA
Coordenadora

**EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
E EXTENSÃO RURAL**

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Processo: 00072-00001708/2019-99. Instrumento: Termo de Rescisão Unilateral ao Contrato nº 027/2019-GCONV. Partes: EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - EMATER-DF e a Empresa AMBIENTAL DO BRASIL ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA-ME. Objeto: O Presente Termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato Administrativo 027/2019, celebrado com a empresa AMBIENTAL DO BRASIL ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA-ME, referente a prestação de serviços de transporte, distribuição, plantio de mudas de espécies nativas do Bioma Cerrado com manutenção e monitoramento das mesmas por 03 (três) anos na Bacia Hidrográfica do Piripirapau, Região Administrativa de Planaltina – RA – VI – Brasília – DF, no âmbito do Programa Produtor de Água - Projeto Piripirapau, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital e seus anexos. Fundamento Legal: O presente termo tem como base os artigos 82, 83, incisos II e III, e 84, inciso I, todos do Regulamento de Licitações e Contratos da EMATER-DF; a Cláusula Décima Sexta, do Contrato Administrativo nº 027/2019; os Processos Administrativos 00072-00001708/2019-99 e 00072-00003454/2021-68, que passam a fazer parte do presente instrumento, independentemente de sua transcrição; e subsidiariamente, os artigos 77, 78, incisos I e II, 79, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Data da Assinatura: 24/06/2022. Signatários: P/EMATER-DF: Denise Andrade da Fonseca–Presidente.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo: 00072-00004430/2019-10. Instrumento: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2021, com o objetivo de Repactuar o valor do Contrato 013/2021, a partir de 16/06/2022. Partes: EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - EMATER-DF e a FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL - FUNAP. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto Repactuar o valor do Contrato 013/2021, a partir de 16/06/2022, em atendimento ao Art. 29 da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), tendo como referência os valores estabelecidos na Medida Provisória nº 1.091 de 30 de dezembro de 2021, posteriormente convertida na Lei nº 14.358/2022, que aumentou o valor do salário mínimo para R\$ 1.212,00 (mil duzentos e doze reais), considerando os percentuais estabelecidos no Ofício nº 105/2020 - FUNAP/DIREX/DIRAFI/GEAD/NUCONV para os demais níveis, com fulcro no inciso VI, Artigo 81, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMATER-DF. Assinatura: 07/02/2022. Signatários: P/EMATER-DF: Denise Andrade Da Fonseca–Presidente. P/Contratada: Deuselita Pereira Martins.

EXTRATO CONTRATUAL

Processo: 00072-00001709/2022-39. Instrumento: CONTRATO nº 011/2022-GCONV. Partes: EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - EMATER-DF e a Empresa RIOPRO INFORMÁTICA LTDA. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de solução integrada, atualizada tecnologicamente e aderente às normas vigentes, para suporte à gestão dos bens permanentes (patrimônio) para atender às necessidades da EMATER-DF, conforme detalhamento previsto no item 4 do Termo de Referência 29. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 14203; Programas de Trabalho: 20.126.8201.2557.2607; Projetos/Atividades/Denominação: GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - EMATER - DISTRITO FEDERAL; Naturezas das Despesas: 33.90.40. Fonte de Recurso: 100; Valor Total: R\$ 33.200,00 (trinta e três mil e duzentos reais). Fundamento Legal: A presente contratação encontra-se fundamentada no inciso II do art. 06 do Regulamento de Licitações e Contratos da EMATER-DF, combinado com a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas públicas, vinculando-se ao Termo de Referência 29 e a proposta comercial, independe da transcrição. Data da Assinatura: 22/06/2022. Vigência: 12 (doze) meses a contar da assinatura. Signatários: P/EMATER-DF: Denise Andrade da Fonseca–Presidente. P/Contratada: Rogério Teixeira Sampaio.

EXTRATO CONTRATUAL

Processo: 00072-00002037/2022-89. Instrumento: CONTRATO nº 012/2022-GCONV. Partes: EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - EMATER-DF e a Empresa BIG CHAVES COMERCIO E SERVICOS DE CHAVES, CARIMBOS E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de chaveiro com fornecimento de material (fechaduras e cadeados), a fim de atender às necessidades da Contratante, conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I do Edital o PE nº 51/2021- COLIC/SCG/SPLAN/SEEC-DF e Pedido de Compras 10. Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 14203; Programas de Trabalho: 20.122.8201.2396.5338; Projetos/Atividades/Denominação: CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-EMATER-DF ENTORNO; Naturezas das Despesas: 33.90.30/33.90.39. Fonte de Recurso: 100; Valor Total: R\$ 6.598,20(seis mil e quinhentos e noventa e oito reais e vinte centavos). Fundamento Legal: O presente Contrato será regido pela Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto nº 10.024/2019, recepcionado por meio do Decreto Distrital nº 40.205/2019, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, Decretos Distrital nº 25.966/2005, 26.851/2006, 39.610/2019, 40.030/2019, 40.031/2019,